

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
CAMPUS CLÓVIS MOURA – CCM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**GERSON DUTRA DE AREA LEAO ARAUJO FILHO**

**ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM):  
ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EFETIVIDADE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/PI NOS ANOS DE 2019 A 2022.**

**TERESINA (PI)  
2025**

GERSON DUTRA DE AREA LEAO ARAUJO FILHO

**INDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM): ANALISE  
DO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EFETIVIDADE DO MUNICIPIO DE  
ÁGUA BRANCA/PI NOS ANOS DE 2019 A 2022**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura - CCM, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis sob orientação da Professora Doutora Maria Valéria Santos Leal.

TERESINA (PI)  
2025

GERSON DUTRA DE AREA LEAO ARAUJO FILHO

**INDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM): ANALISE DO  
IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EFETIVIDADE DO MUNICIPIO DE  
ÁGUA BRANCA/PI NOS ANOS DE 2019 A 2022**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura - CCM, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis sob orientação da Professora Titulação Doutora Maria Valéria Santos Leal.

APROVADA EM: 14/02/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente: Maria Valéria Santos Leal  
Doutorado em Educação/UFPI

---

2º Membro: Lucídio Beserra Primo  
Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estrategica/FECAP

---

3º Membro: Antônio Marcos Dionísio Faustino  
Mestrado em Administração e Ciências Contábeis/FUCAPE

A658i Araujo Filho, Gerson Dutra de Area Leao.

Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM): análise do impacto da pandemia de covid-19 na efetividade do município de Água Branca / PI nos anos de 2019 a 2022 / Gerson Dutra de Area Leao Araujo Filho. - 2025.

59f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Bacharelado em Ciências Contábeis, Campus Clóvis Moura, Teresina-PI, 2025.

"Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Valéria Santos Leal".

1. Efetividade. 2. IEGM. 3. Administração Pública. I. Leal, Maria Valéria Santos . II. Título.

CDD 657

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI  
JOSELEA FERREIRA DE ABREU (Bibliotecário) CRB-3ª/1224

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder sabedoria, apoio e força para enfrentar os desafios ao longo dessa jornada. Sem Sua luz e direção, este trabalho não seria possível.

À minha família, meu porto seguro, pelo apoio incondicional, pelo incentivo nos momentos de dificuldade e por sempre acreditarem no meu potencial. Cada palavra de encorajamento e cada gesto de carinho foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

À minha noiva Rolsiele Thais Alves Barbosa, pelo amor, paciência e compreensão nos momentos de ausência e dedicação a este trabalho. Seu apoio e motivação foram essenciais para que eu pudesse seguir firme até a conclusão desta etapa.

À minha orientadora Maria Valéria Santos Leal, pelo acompanhamento, pelos ensinamentos e por toda a dedicação em me guiar no desenvolvimento deste trabalho. Sua paciência e seu compromisso foram imprescindíveis para que este projeto fosse realizado com qualidade e excelência.

Ao entrevistado, pela disponibilidade, gentileza e contribuição essencial para este estudo. Sua colaboração foi de extrema importância para o enriquecimento desta pesquisa e para o sucesso deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada, o meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do município de Água Branca/PI, avaliando o impacto da pandemia de COVID-19 na eficiência da administração pública no período de 2019 a 2022. O IEGM é um indicador desenvolvido pelos Tribunais de Contas do Brasil para mensurar a eficiência das políticas públicas municipais, abrangendo sete dimensões principais: Educação, Saúde, Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos, Governança de Tecnologia e Planejamento. Diante dos desafios impostos pela pandemia, a pesquisa busca compreender de que forma a crise sanitária impactou a gestão municipal, levando em conta fatores como redução de recursos financeiros, aumento da demanda por serviços públicos e a necessidade de rápida adaptação das políticas públicas locais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva, baseada na análise de dados secundários fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), além da coleta de percepções de gestores municipais. Os resultados obtidos indicam que a pandemia afetou diretamente a efetividade da administração pública, com queda nos indicadores de eficiência em diversas áreas, especialmente nas dimensões Saúde e Planejamento. O estudo revela que a necessidade de realocação de recursos financeiros e a pressão sobre os serviços municipais resultaram em desafios significativos para a manutenção da qualidade dos serviços prestados. Além disso, evidencia-se a importância da transparência, controle social e planejamento estratégico para a resiliência e recuperação da gestão pública em momentos de crise. O trabalho conclui que a crise sanitária reforçou a necessidade de aprimoramento na gestão pública municipal, destacando boas práticas e estratégias para enfrentar futuras emergências, garantindo maior eficiência na alocação dos recursos públicos e no atendimento à população.

**Palavras-chave:** Efetividade; IEGM; Administração Pública.

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the Municipal Management Effectiveness Index (IEGM) of the municipality of Água Branca/PI, evaluating the impact of the COVID-19 pandemic on the efficiency of public administration in the period from 2019 to 2022. The IEGM is an indicator developed by the Courts of Auditors of Brazil to measure the efficiency of municipal public policies, covering seven main dimensions: Education, Health, Fiscal, Environment, Citizen Protection, Technology Governance and Planning. In view of the challenges imposed by the pandemic, the research seeks to understand how the health crisis impacted municipal management, taking into account factors such as reduced financial resources, increased demand for public services, and the need for rapid adaptation of local public policies. To this end, a quantitative and descriptive research was carried out, based on the analysis of secondary data provided by the Court of Auditors of the State of Piauí (TCE/PI), in addition to the collection of perceptions of municipal managers. The results obtained indicate that the pandemic directly affected the effectiveness of public administration, with a drop in efficiency indicators in several areas, especially in the Health and Planning dimensions. The study reveals that the need to reallocate financial resources and the pressure on municipal services resulted in significant challenges for maintaining the quality of the services provided. In addition, the importance of transparency, social control and strategic planning for the resilience and recovery of public management in times of crisis is evident. The work concludes that the health crisis reinforced the need for improvement in municipal public management, highlighting good practices and strategies to face future emergencies, ensuring greater efficiency in the allocation of public resources and in serving the population.

**Keywords:** Effectiveness; IEGM; Public Administration.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Metrica de poderação de relevância .....	19
Figura 2: Dados demograficos e estatiticos de Água Branca/PI .....	25

## **LISTA DE GRAFICOS**

Grafico 1: Grafico de relevância .....	20
--	----



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dimensão do índice do IEGM .....	18
Quadro 2: Tabela de critérios pra índice final do IEGM .....	21
Quadro 3: Notas de Efetividade do I-EDUC de Água Branca/PI .....	29
Quadro 4: Comparativo com os municípios mais populosos .....	29
Quadro 5: Notas de Efetividade do I-SAUDE do município de Água Branca/PI .....	31
Quadro 6: Comparativo com os municípios mais populosos .....	31
Quadro 7: Notas de Efetividade do I-PLAN do município de Água Branca/PI .....	33
Quadro 8: Comparativo com os municípios mais populosos .....	33
Quadro 9: Notas de Efetividade do I-GOV TI do município de Água Branca/PI .....	35
Quadro 10: Comparativo com os municípios mais populosos .....	35
Quadro 11: Notas de Efetividade do I-AMB do município de Água Branca/PI .....	37
Quadro 12: Comparativo com os municípios mais populosos .....	37
Quadro 13: Notas de Efetividade do I-CIDADE do município de Água Branca/PI .....	39
Quadro 14: Comparativo com os municípios mais populosos .....	39
Quadro 15: Notas de Efetividade do I-FISCAL do município de Água Branca/PI .....	41
Quadro 16: Comparativo com os municípios mais populosos .....	41
Quadro 17: Notas gerais IEGM do município de Água Branca/PI .....	42
Quadro 18: Comparativo com os municípios mais populosos .....	42
Quadro 19: Indicadores de Água Branca de 2019 a 2022 .....	52

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. FUNDAMENTOS E DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....</b>	<b>13</b>
1.1 Administração Pública e a Teoria da Agência .....	13
1.2 A Importância da Avaliação no Setor Público .....	15
1.3 Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) .....	17
1.4 Impactos da pandemia de COVID-19.....	22
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>3. RESULTADO E DISCUSSÕES .....</b>	<b>27</b>
3.1 Análise das 7 dimensões do Índice de Efetividade da Gestão Municipal de Água Branca 2019 a 2022.....	27
3.2 Análise da entrevista .....	43
3.3 Análise sobre o impacto da pandemia .....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

A gestão pública municipal no Brasil tem enfrentado desafios significativos, especialmente no contexto recente da pandemia de COVID-19. A crise sanitária global não apenas sobrecarregou os sistemas de saúde, mas também impôs severas restrições orçamentárias e operacionais às administrações municipais.

De acordo com Passos et al. (2018), os municípios brasileiros já enfrentavam dificuldades na capacitação e manutenção de recursos públicos antes da pandemia. No entanto, o cenário pandêmico agravou essas condições, resultando em uma maior pressão da população por melhorias na qualidade de vida e nos serviços públicos.

Esse contexto ressalta a importância de avaliar a efetividade da gestão municipal, especialmente em tempos de crise, para identificar os principais desafios e propor soluções que possam fortalecer a administração pública local. Antes do século XXI, o descontrole dos gastos públicos e a falta de transparência e de efetividade das contas públicas eram evidentes na governança pública brasileira.

No entanto, a partir do início do século XXI, a administração pública adotou um novo regime administrativo, buscando uma gestão governamental menos burocrática e mais gerencial. Nesse novo modelo, o cidadão passou a ser visto como um cliente, cujas demandas e exigências precisavam ser atendidas com maior responsabilidade e eficiência.

Como um marco dessa virada do século e de mudança da administração pública a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, representa um avanço significativo na gestão fiscal brasileira ao instituir princípios como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ao fortalecer o princípio da publicidade, a LRF impulsiona a transparência nas ações governamentais, exigindo a divulgação ampla e detalhada das contas públicas. Essa medida contribui para o fortalecimento do controle social, permitindo que a sociedade acompanhe de perto a aplicação dos recursos públicos e exija dos gestores uma gestão mais eficiente e responsável. As bases para essa mudança foram o planejamento, o controle social, a transparência da aplicação de recursos financeiros e a verificação das ações administrativas do agente público (SALES, 2014).

Nesse novo modelo de gestão pública, o cidadão passou a ser visto como um

cliente, cujas demandas e exigências precisavam ser atendidas com maior responsabilidade e eficiência. Com o avanço do século XXI, o acesso à informação tornou-se cada vez mais direto devido à evolução tecnológica da informação (Bernardes; Santos; Rover, 2015).

Nesse sentido, Porumbescu (2016) verifica que o uso da Internet está conectado positivamente à percepção de confiabilidade sobre as ações planejadas pelos governos. Santos, Pereira e Rodrigues (2018) destacam a importância de desenvolver mecanismos de monitoramento e indicadores que permitam à sociedade exercer um controle efetivo sobre os gastos públicos e, por meio deles, avaliar as melhorias reais alcançadas.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), em 2014, instituiu o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), com o objetivo de avaliar o desempenho da gestão e políticas públicas em sete dimensões: Educação, Saúde, Fiscal, Meio Ambiente, Proteção dos Cidadãos, Governança de Tecnologia e Planejamento (ARAÚJO, 2018). Com isso, o IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), se mostrou um excelente indicativo de qualificação da gestão municipal, estabelecendo parâmetros e questionários para a identificação de administrações eficientes na gestão municipal.

O IEGM se mostrou cada vez mais importante durante a pandemia de COVID-19, pois com a escassez de produtos hospitalares, de recursos financeiros e de um intenso caos social no Brasil que foi impactado pela essa epidemia, as gestões federais, estaduais e municipais necessitaram se mostrar efetivas para contornar essa crise. Com isso o IEGM se tornou um excelente método de identificação nos que os administradores municipais eram ou acertaram na condução municipal durante a pandemia e quais os impactos que uma pandemia pode causar na efetividade de uma gestão.

A crise econômica desencadeada pela COVID-19 foi a mais profunda desde a Grande Depressão, levando à perda de milhões de empregos e à contração da atividade econômica em escala global. (Fundo Monetário Internacional, 2020).

Segundo Martins (2016), a Teoria da Agência aplicada ao setor público destaca que o gestor público deve buscar a maximização dos resultados. Para atingir esse propósito, é necessário lidar com os conflitos que possam surgir, aplicando práticas de governança adequadas, ou que contribuam para a obtenção de resultados esmagadores.

A análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do município de Água Branca/PI justifica-se pela sua relevância para a sociedade, ao fornecer informações detalhadas e desenvolver a percepção municipal. A partir da análise do IEGM, os cidadãos terão acesso a um indicador adicional para a supervisão social, permitindo uma avaliação mais precisa da gestão pública local. Além disso, os usuários dessas informações poderão verificar as consequências que a pandemia de COVID-19 causou na efetividade do município ao longo dos anos, identificando fatores que influenciam o crescimento ou decréscimo do IEGM.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa é justificada pela escassez de estudos sobre o índice de efetividade da gestão municipal no Piauí e no Brasil. A investigação contribuirá para preencher essa lacuna, oferecendo uma análise detalhada e contextualizada da gestão pública municipal em um cenário de crise.

No âmbito da gestão pública, o estudo é relevante para o município de Água Branca/PI e para outros municípios, pois propõe um entendimento de como uma emergência global de saúde afetou a administração municipal. Dessa forma, este estudo será útil para os usuários interessados em acessar informações sobre os indicadores da cidade de Água Branca, fornecendo uma ferramenta complementar importante para apoiar a verificação, fiscalização, monitoramento e a tomada de decisões relacionadas à gestão pública.

Com isso, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) configura-se como uma ferramenta estratégica que oferece parâmetros para avaliar e aprimorar a atuação dos gestores públicos em seus municípios. Considerando o contexto pandêmico e suas consequências, é importante investigar como esses eventos afetaram a gestão pública local. Diante disso, surge a seguinte questão-problema: Quais foram os impactos da pandemia de COVID-19 na performance do Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) no município de Água Branca/PI?

Diante do exposto, a questão-problema nos guiou para o seguinte objetivo geral: Analisar o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) do município de Água Branca/PI, bem como os impactos da pandemia de COVID-19 na efetividade da gestão municipal. Desdobrando o objetivo geral, temos como objetivos específicos: a) Demonstrar a efetividade da gestão municipal de Água Branca/PI durante os anos de 2019 a 2022; b) analisar as áreas da administração municipal que foram afetadas pela pandemia de COVID-19 e avaliar seus desempenhos e c) examinar os sete pilares do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e sua

importância para o município de Água Branca/PI.

Em relação a organização, o estudo está estruturado, além da introdução e considerações finais, em três capítulos de modo a contemplar as relações consideradas pertinentes para alcançar os objetivos propostos, abarcando o objeto de estudo, e conseqüentemente, encontrar respostas para a questão problema investigada, buscando delinear caminhos para a sua compreensão.

A Introdução relata premissas que serviram de ponto de partida para a presente investigação. No geral, traz a delimitação do problema e a construção do objeto de estudo, os elementos que justificam a escolha da problemática evidenciada, a relevância do estudo, os objetivos, e a estruturação do trabalho.

No Capítulo 1, intitulado “Fundamentos e desafios da gestão pública municipal”, serão abordados os fundamentos teóricos e os desafios práticos da gestão pública municipal, com foco na administração pública e na teoria da agência. Serão explorados a importância da avaliação na gestão pública e os indicadores de desempenho, como o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Além disso, será analisado o impacto da pandemia de COVID-19 na gestão pública, destacando as dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros e as estratégias adotadas para mitigar os efeitos da crise.

No Capítulo 2, “Metodologia da Pesquisa”, delineamos o percurso metodológico, considerando o objeto de estudo proposto. A partir dessa compreensão, apresentamos a discussão do tipo de pesquisa, a caracterização do *lôcus* da investigação, as técnicas e os instrumentos de coleta dados, a organização e a interpretação dos dados.

No Capítulo 3, nomeado “Resultados e Discussão”, analisamos os resultados quantitativos da pesquisa, provenientes do banco de dados do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), referentes ao período de 2019 a 2023.

Por fim, nas considerações finais são anunciadas as conclusões e as considerações as quais chegamos por intermédio da pesquisa. Discorreremos sobre o alcance dos objetivos e a resposta à questão-problema.

## **1. FUNDAMENTOS E DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Este capítulo aborda os fundamentos teóricos e os desafios práticos da gestão pública municipal, com foco na administração pública e na teoria da agência. Inicialmente, será explorada a importância da avaliação na gestão pública, destacando como os indicadores de desempenho, como o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), são essenciais para a transparência e a eficiência administrativa. Em seguida, será analisado o impacto da pandemia de COVID-19 na gestão pública, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros e as estratégias adotadas para mitigar os efeitos da crise sanitária e econômica.

### **1.1 Administração Pública e a Teoria da Agência**

O Estado foi instituído com o propósito de atender aos interesses da sociedade, assumindo a responsabilidade de suprir suas demandas e necessidades coletivas. Segundo Hobbes (1974), a principal função do Estado é garantir a ordem social e a proteção da vida dos indivíduos. Sob essa perspectiva, o Estado emerge como resultado de um pacto social, no qual os cidadãos transferem parte de sua liberdade em troca de segurança e estabilidade. No entanto, a legitimidade do poder estatal está condicionada à transparência e à responsabilidade da Administração Pública, uma vez que os cidadãos tenham interesse direto nas decisões e ações governamentais. Dessa forma, a atuação estatal deve estar fundamentada em princípios de publicidade, prestação de contas e participação cidadã, garantindo que os interesses coletivos sejam atendidos de forma eficaz.

Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) representa um marco na administração pública brasileira ao estabelecer diretrizes para a gestão responsável dos recursos financeiros do Estado. Conforme destacado por Albuquerque, Medeiros e Henriq (2008), a regulamentação da LRF o artigo 163 da Constituição Federal e tem como objetivo principal garantir maior controle, transparência e planejamento na administração das finanças públicas. Ao importar limites para gastos, individualização e criação de despesas, essa legislação visa evitar desequilíbrios fiscais que possam comprometer a estabilidade econômica do país. Dessa forma, a LRF contribui para a eficiência na alocação de recursos

públicos, promovendo uma gestão pautada em princípios de responsabilidade, previsibilidade e transparência. No contexto da administração pública, sua aplicação exige o aprimoramento dos mecanismos de controle interno e externo, garantindo que os gestores atuem dentro dos limites estabelecidos e em conformidade com os interesses coletivos.

Paralelamente, a Nova Gestão Pública (NGP) representa uma transformação significativa na administração pública, caracterizando-se pela adoção de práticas gerenciais inspiradas no setor privado, com o objetivo de tornar o Estado mais eficiente e orientado para resultados. Conforme apontado por Christensen e Lægreid (2007), Goldfinch e Wallis (2009) e Ongaro (2009), esse modelo pós-burocrático propõe a reestruturação das organizações estatais, enfatizando a eficiência, a eficácia e a competitividade como diretrizes centrais. Esse modelo busca superar as limitações do modelo burocrático tradicional, promovendo maior descentralização, flexibilidade e foco na qualidade dos serviços públicos. Dessa maneira, a NGP fortalece a necessidade de que a administração pública adote estratégias inovadoras para atender às exigências da sociedade com maior agilidade e efetividade.

O dinamismo do ambiente organizacional gera um cenário instável e imprevisível, exigindo das instituições, incluindo a administração pública, a adoção de instrumentos criativos e uma visão sistêmica para enfrentar os desafios impostos pelo contexto socioeconômico. Conforme Ensslin et al. (2008) e Petri (2005), a utilização de metodologias de gestão baseadas em análise estratégica e tomada de decisão fundamentada contribui para a melhoria contínua e a resiliência organizacional. Dessa forma, a incorporação dos princípios da Teoria da Agência ao setor público, aliada às práticas inovadoras de gestão e competitividade, favorecendo o desenvolvimento de uma administração mais eficiente, previsível e adaptável às transformações do cenário econômico e institucional.

Diante da crescente competitividade no ambiente organizacional, torna-se essencial que as instituições públicas adotem abordagens estratégicas que garantam sua sustentabilidade e eficiência. A utilização de novos instrumentos de gestão possibilita um planejamento estratégico estruturado, permitindo que as organizações públicas definam objetivos claros por meio de uma visão sistêmica. Esse planejamento deve ser constantemente atualizado para garantir a melhor alocação dos recursos disponíveis, garantindo um gerenciamento eficaz e maior controle sobre os processos internos. Dessa forma, a adoção de práticas gerenciais



modernas fortalece a eficiência da administração pública, promovendo inovação e excelência na gestão estatal.

## 1.2 A Importância da Avaliação no Setor Público

A avaliação da gestão pública tornou-se um instrumento essencial para o fortalecimento da democracia e da transparência governamental, especialmente a partir dos anos 1990, impulsionada pelo processo de democratização na América Latina. Conforme Arcoverde (2014), esse período marcou a consolidação da avaliação como uma ferramenta estratégica para os administradores públicos, permitindo não apenas o monitoramento da eficiência das políticas governamentais, mas também a criação de mecanismos institucionais que fomentam a participação social. Ao estabelecer canais formais para o envolvimento da sociedade nos assuntos públicos, a avaliação contribui para a governança democrática, ampliando o controle social e promovendo uma gestão mais responsiva às demandas coletivas. Dessa forma, o fortalecimento da cultura avaliativa na administração pública possibilita maior prestação de contas, eficiência na alocação de recursos e legitimidade nas decisões governamentais.

Nesse contexto, a utilização de indicadores na administração pública desempenha um papel fundamental na otimização da gestão de recursos, contribuindo para a eficiência, transparência e responsabilização. Conforme destacado por Silva e Cavalcanti (2005), os indicadores permitem monitorar e avaliar o desempenho das políticas públicas, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira estratégica e alinhada às necessidades da sociedade. Dessa forma, a adoção de indicadores fortalece os princípios da responsabilidade fiscal e da governança pública, promovendo uma administração mais eficiente, acessível e orientada para resultados.

Com isso, a avaliação de políticas públicas também se destaca como um instrumento essencial para garantir a eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais, desempenhando um papel estratégico na formulação, implementação e aprimoramento de programas e projetos. Conforme Trevisaan e Bellen (2008), a avaliação deve ser incorporada de forma estruturada e contínua à gestão pública, consolidando-se como um componente fundamental na tomada de decisões. Esse processo permite não apenas mensurar os impactos das políticas adotadas, mas também corrigir desvios, otimizar recursos e garantir que os objetivos

planejados sejam realizados. Além disso, a institucionalização da avaliação fortalece a transparência e a responsabilização, permitindo que os gestores públicos, cidadãos e órgãos de controle tenham acesso a informações comprometidas sobre o desempenho das políticas renovadas. Dessa forma, a avaliação não deve ser vista como um procedimento isolado, mas sim como uma prática essencial para a modernização da administração pública e o aperfeiçoamento da governança estatal.

Ou seja, a prestação de contas na administração pública constitui um dos pilares fundamentais para garantir a transparência, a responsabilidade fiscal e a legitimidade das ações estatais. Conforme destaca Amorim (2017), o Estado tem o dever de apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos, tanto por exigência legal quanto pelo cumprimento do princípio da moralidade, que rege a gestão pública. Esse princípio garante que a administração atue de maneira ética, comprovada e alinhada aos interesses da sociedade. Além disso, a divulgação dos resultados das políticas públicas fortalece o controle social, permitindo que a população e os órgãos fiscalizadores acompanhem e avaliem a eficiência na alocação de recursos. Dessa forma, a transparência na gestão pública não apenas reforça a confiança da sociedade nas instituições governamentais, mas também contribui para a melhoria contínua dos serviços públicos, garantindo que o Estado cumpra sua função de promover o bem comum de forma equitativa e eficaz.

Portanto, avaliação contínua do desempenho organizacional é um elemento essencial para uma gestão pública eficiente, pois possibilita o monitoramento sistemático dos processos e a implementação de melhorias estratégicas. A mensuração do desempenho permite que as organizações tenham maior controle sobre suas operações, garantindo que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos. No contexto da administração pública, a melhoria das métricas de desempenho não apenas melhora a gestão de desempenho, mas também fortalece os princípios de transparência e prestação de contas, garantindo maior legitimidade e revisão às instituições governamentais. Dessa forma, a adoção de processos avaliativos contínuos contribui para a modernização da gestão pública, tornando-a mais orientada para resultados e alinhamento às demandas sociais.

### 1.3 Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)

A eficácia e efetividade das políticas públicas são determinantes para a promoção eficiente do desenvolvimento social e econômico, estando diretamente relacionadas à gestão de recursos públicos. Conforme Arcoverde (2014), a aplicação correta desses recursos tem como objetivo reduzir desigualdades na distribuição de benefícios e custos, garantindo maior equidade entre regiões, classes sociais e gêneros. Além do impacto socioeconômico, a formulação e implementação das políticas públicas devem considerar a sustentabilidade ambiental, minimizando os efeitos negativos sobre o meio ambiente humano, físico e biológico. Dessa forma, uma gestão pública estratégica e responsável possibilita a alocação equilibrada de recursos, promovendo a justiça social, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, garantindo que os benefícios das políticas alcancem a sociedade de maneira eficaz e equitativa.

Nesse sentido, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) representa um avanço significativo no monitoramento e avaliação da eficácia e efetividade da gestão pública municipal. Criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e posteriormente adotado por outros Tribunais de Contas no Brasil, o IEGM tem como foco a infraestrutura e os processos administrativos, permitindo uma análise detalhada da atuação dos municípios na prestação de serviços essenciais à população (TCE-SP, 2021).

Essa iniciativa atende à crescente demanda da sociedade por maior transparência, participação cidadã e acesso às informações governamentais, possibilitando o acompanhamento e avaliação das ações públicas em diversas áreas. Além de orientar os gestores na tomada de decisões, o IEGM fortalece os mecanismos de controle social e institucional, como base para ações fiscalizatórias tanto do controle externo, exercido pelos Tribunais de Contas, quanto da própria sociedade civil organizada.

Conforme estabelece o Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a administração pública deve pautar-se pelos princípios de eficiência, eficácia e efetividade, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira responsável e alinhada às necessidades da população. Dessa forma, o IEGM não apenas mensura a qualidade da gestão pública municipal, mas também impulsionou a adoção de práticas administrativas mais estratégicas e transparentes, promovendo uma

governança mais eficiente e orientada para resultados.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é uma ferramenta essencial para a avaliação da administração pública municipal, permitindo uma análise estruturada do desempenho dos municípios em áreas fundamentais da gestão. Conforme o Instituto Rui Barbosa (2022), o IEGM utiliza questionários padronizados para avaliar sete dimensões essenciais: educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, defesa civil e governança em tecnologia da informação.

A metodologia do índice baseia-se nas respostas fornecidas pelos próprios municípios, permitindo que o Tribunal de Contas do Estado atribua resultados correspondentes e, assim, mensure a eficácia da gestão pública municipal. Essa abordagem permite identificar boas práticas administrativas, detectar fragilidades na execução de políticas públicas e fornecer subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes.

Além disso, o IEGM fortalece os princípios da transparência e da responsabilidade fiscal, permitindo que tanto os órgãos de controle quanto a sociedade civil acompanhem a qualidade da gestão pública sendo disponível o acesso ao índice no portal do TCE de cada estado ou no site do Instituto Rui Barbosa (IRB). Desta forma, sua aplicação contribui para o aprimoramento das políticas públicas, promovendo maior eficiência, responsabilização e governança pública nos municípios brasileiros.

Quadro 1: Dimensão do índice do IEGM

Dimensão	Objeto de análise	Fonte
i-Educ	Ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal	Quesitos específicos relativos à educação infantil, creches, pré-escolas e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e informações retiradas do Censo Escolar.
i-Saúde	Ações sobre a gestão da Saúde Pública Municipal	Quesitos específicos voltados à Atenção Primária à Saúde.
i-Planej	Comparação entre planejamento e execução	Quesitos específicos sobre o Planejamento e informações remetidas via Sagres
i-Fiscal	Execução financeira e orçamentária; manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.	Quesitos específicos da Gestão Fiscal e informações remetidas via SAGRES
i-Cidade	Ações do município de prevenção e enfrentamento de sinistros e desastres.	Quesitos específicos sobre medidas de proteção e interrelacionamento com outros órgãos de suporte.
i-Amb	Ações sobre o Meio Ambiente	Quesitos específicos de meio ambiente
i-GovTI	Uso dos recursos de Tecnologia da Informação	Quesitos sobre o uso dos recursos de Tecnologia da Informação

Fonte: Adaptado do com base no TCE-PI, 2024.

As informações que compõem esta listado acima, com as sete dimensões que o compõe e os questionamentos que são feitos para a elaboração do índice os quesitos são compostos por uma série de perguntas que abrangem diversos aspectos de cada dimensão. Por exemplo, na dimensão da Educação, podem ser abordados temas como a taxa de matrícula escolar, a qualificação dos professores e a infraestrutura das escolas. Na dimensão de Gestão Fiscal, as perguntas podem ver sobre o equilíbrio orçamentário, a arrecadação de tributos e o controle de despesas.

A modernização dos processos de fiscalização da gestão pública representa um avanço significativo na transparência e eficiência administrativa, permitindo que os Tribunais de Contas avaliem de forma mais criteriosa a atuação dos gestores municipais. Conforme destaca Amorim (2017), a adoção de um novo modelo de avaliação, baseado em critérios e indicadores estruturados, possibilita uma análise mais abrangente e precisa do desempenho das administrações municipais.

Esse processo substitui os métodos tradicionais de fiscalização, que muitas vezes se concentravam apenas na verificação formal da legalidade dos atos administrativos, sem necessariamente medir sua efetividade e impacto na sociedade

Para entender a gestão municipal nessas dimensões, emprega-se a métrica de ponderação que mais adequadamente representa a importância relativa de cada aspecto, conforme demonstrado a seguir:

Figura 1: Métrica de ponderação de relevancia

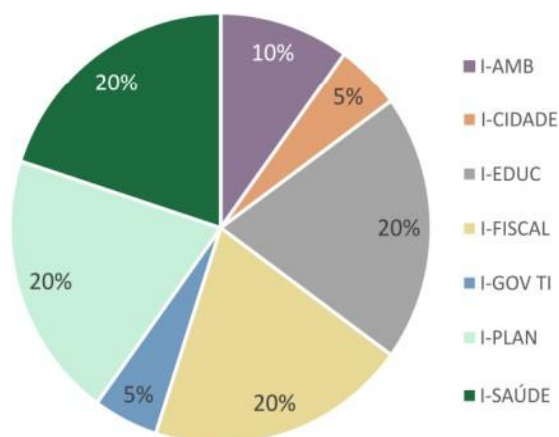
$$IEGM = (I-EDUC \times 20 + I-SAÚDE \times 20 + I-PLANEJAMENTO \times 20 + I-FISCAL \times 20 + I-AMB \times 10 + I-CIDADE \times 5 + I-GOV TI \times 5) / 100$$

Fonte: retirado do TCE-PI, 2023

Essa distribuição ponderada reflete a prioridade e impacto de cada dimensão na qualidade da gestão pública municipal. A utilização dessa métrica possibilita uma avaliação objetiva e padronizada , permitindo comparações entre diferentes municípios e auxiliando na identificação de boas práticas e desafios na administração pública.

O Grafico a seguir mostra com maior clareza os pesos e relevancia de cada indicador dentro do IEGM:

Gráfico 1: Gráfico de relevância



Fonte: retirado do Manual do IEGM (2023)

Portanto, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é uma ferramenta essencial para a avaliação abrangente da gestão pública municipal, garantindo que a administração não se concentre apenas em áreas específicas, mas sim em um conjunto equilibrado de dimensões que impactam diretamente a qualidade de vida da população. Conforme destacado pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI, 2023), o IEGM busca evitar que os gestores direcionem seus esforços apenas para alguns setores, promovendo uma análise holística da efetividade da administração pública.

A principal proposta do índice é evidenciar as áreas que exigem maior qualidade na alocação de recursos públicos, auxiliando na tomada de decisões estratégicas e no aprimoramento da gestão. Dessa forma, ele não apenas orienta o planejamento municipal, mas também fortalece os princípios de responsabilidade fiscal, transparência e governança pública.

Em síntese, utiliza-se uma métrica de ponderação, que atribui pesos diferenciados a cada dimensão, conforme sua importância relativa no contexto da administração pública. Essa ponderação permite uma avaliação mais equilibrada e representativa do desempenho dos municípios, garantindo que aspectos essenciais da gestão sejam analisados de forma proporcional à sua relevância.

O IEGM é composto por cinco faixas de resultados, representados em uma tabela na figura a baixo, determinadas a partir da consolidação das pontuações obtidas nos

indicadores setoriais, pontuação que é dada após o município entregar o questionário ao TCE. Cada faixa, representada por uma letra, reflete o nível de evolução ou maturidade da gestão pública municipal. A classificação dos municípios em cada uma dessas faixas segue os critérios apresentados na figura abaixo.

Quadro 2: Tabela de critérios para índice final do IEGM

Notas	Critérios	Descrição
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A	Altamente efetiva
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima	Muito efetiva
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima	Efetiva
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima	Em fase de adequação
C	IEGM menor ou igual a 49,99%	Baixo nível de adequação

Fonte: Retirado do manual IEGM 2023.

A análise dos dados sobre a gestão municipal desempenha um papel essencial na avaliação da efetividade das políticas públicas, permitindo verificar a eficácia da aplicação dos recursos públicos e o impacto das ações governamentais no atendimento às demandas sociais. Conforme destaca Amorim (2017), a avaliação contínua da administração pública é fundamental para o aprimoramento das estratégias adotadas, possibilitando ajustes e inovações que garantem maior eficiência e alinhamento com as necessidades da população.

Além de orientar os gestores na tomada de decisões baseadas em evidências, a avaliação pública fortalece a transparência governamental, permitindo que a comunidade tenha acesso a informações fornecidas sobre o desempenho da administração municipal. Esse processo contribui significativamente para a melhoria da qualidade da gestão pública, promovendo maior responsabilidade na alocação de recursos e incentivando a participação cidadã no acompanhamento das ações governamentais. Dessa forma, a análise da efetividade da gestão municipal não apenas assegura a prestação de contas à sociedade, mas também impulsiona a adoção de boas práticas administrativas, reforçando os princípios de eficiência, transparência e governança pública.

#### 1.4 Impactos da pandemia de COVID-19.

A COVID-19 é uma doença respiratória aguda causada por um coronavírus, inicialmente identificada em Wuhan, China, que rapidamente se espalhou pelo mundo, gerando uma crise sanitária global sem precedentes. Em termos de saúde pública, a teoria dos determinantes sociais da saúde se mostra fundamental para compreender como fatores como condições de moradia, acesso a serviços de saúde e desigualdades sociais influenciam a vulnerabilidade da população à doença (Pereira & Azevedo, 2020).

Com isso, a crise sanitária impactou rapidamente a economia global, incluindo a economia brasileira, desencadeando um período de elevada incerteza e recessão econômica. Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN, 2020), houve uma desaceleração significativa da atividade econômica, queda nos preços das commodities e um aumento expressivo na volatilidade dos investimentos financeiros. Mesmo com a implementação de políticas de estímulo financeiro para diversas economias, os mercados emergentes enfrentam desafios adicionais, refletindo uma maior aversão ao risco e realocação de ativos.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) estimou uma redução entre 13% e 32% nas transações globais, enquanto a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontou impactos severos em setores de serviços intensivos em contato pessoal, como turismo e restaurantes, além de efeitos significativos na indústria e na produção agrícola. Esses setores, que representam entre 30% e 40% da atividade econômica em diversos países, sofreram reduções de até 100%, resultando em quedas no PIB nacional variando entre 15% e 30%. Nos países com maior dependência de agricultura e extração mineral, as perdas estimadas atingiram aproximadamente 25% do PIB.

A pandemia exige respostas rápidas e abrangentes por parte da administração pública, abrangendo áreas como saúde, assistência social e economia. O modelo de ciclo de políticas públicas, conforme proposto por Dunn (2018), é uma ferramenta essencial para compreender o processo de identificação de problemas, formulação de soluções, implementação de políticas e avaliação de resultados por parte dos governos. Exemplos dessas políticas incluem a criação de ajuda emergencial, ampliação da capacidade hospitalar e campanhas de vacinação ilustrando a priorização estratégica e a alocação eficiente de recursos em um cenário de crise.



O impacto da pandemia também ressaltou a necessidade de planejamento estratégico, especialmente em contextos de incerteza e crise sistêmica. A administração pública precisou alinhar metas de curto prazo (respostas emergenciais) com objetivos de longo prazo (recuperação econômica e social). O modelo de gestão por resultados, proposto por Kaplan & Norton (1996), foi amplamente utilizado para monitorar e avaliar políticas públicas, garantindo eficiência no uso de recursos e transparência na prestação de contas.

Outro conceito fundamental na resposta à pandemia foi a resiliência organizacional, definida por Hollnagel (2011) como a capacidade de adaptação e recuperação diante de choques e crises. A administração pública, ao enfrentar desafios sem precedentes, precisa desenvolver estratégias ágeis para manter a continuidade dos serviços essenciais e garantir a proteção da população. Além disso, a teoria da aprendizagem organizacional, conforme Argyris & Schön (1996), enfatiza que momentos de crise geram lições valiosas, permitindo a implementação de melhorias na gestão pública e o desenvolvimento de protocolos mais eficientes para crises futuras.

## 2. METODOLOGIA

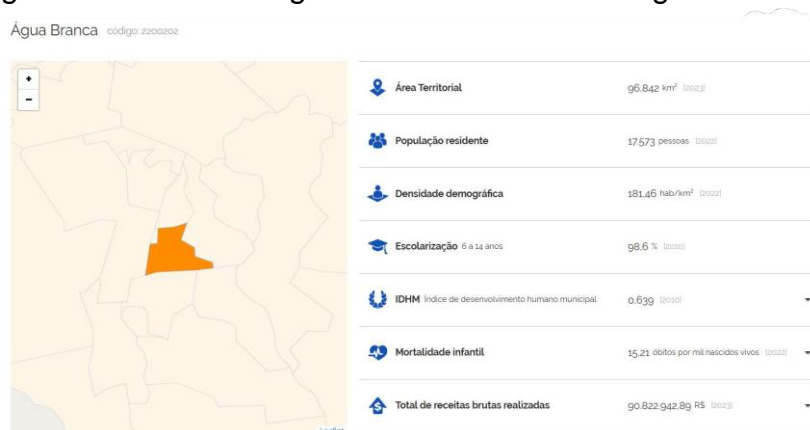
Segundo Severino (2000, p. 18) a metodologia científica é definida como um "instrumental extremamente útil e seguro para o desenvolvimento de uma postura crítica e amadurecida diante dos desafios científicos, políticos e filosóficos enfrentados na educação universitária." Trata-se de um conjunto de instrumentos operacionais, sejam técnicos ou lógicos, que possibilitam aos estudantes alcançar um maior aprofundamento no campo da ciência, das artes ou da filosofia, cumprindo, assim, o objetivo fundamental do ensino e da aprendizagem universitária.

O presente trabalho adotará o método de pesquisa quantitativo, com foco na análise de dados do IEGM. A coleta de dados será realizada a partir de fontes secundárias, utilizando os bancos de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), com ênfase na cidade de Água Branca/PI. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, cujo objetivo é responder à seguinte questão: Quais os impactos da pandemia podem causar na performance do Índice de Efetividade de Gestão Municipal - IEGM?

Segundo Gil (2008), a população ou universo refere-se ao conjunto total de elementos que possuem as características investigadas no estudo. Essa definição inclui todos os indivíduos, objetos ou eventos que atendem aos critérios especificados pela pesquisa.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Brasil é composto por 5.570 municípios. Esse número de municípios seria considerado como a população total para este estudo de caso. Para o atual estudo, por se tratar de um estudo de caso específico, não se faz a definição da amostra. O estudo tem como foco o município de Água Branca/PI, situado na microrregião do Médio do Parnaíba. Conforme dados do IBGE, a população estimada do município em 2022 era de 17.573 habitantes.

Figura 2: Dados demograficos e estatiticos de Água Branca/PI



Fonte: Retirado do IBGE,2024

Para obter as informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa, foi indispensável a coleta de dados no sistema do IEGM, disponível no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Isso permitiu uma análise mais detalhada de cada um dos indicadores elaborados a partir das informações fornecidas pela gestão.

Para o seguimento dessa pesquisa acadêmica, deu-se inicialmente pela coleta de dados e informações do município de Água Branca/PI, através do sistema do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM-TCE/PI), utilizou-se as informações contidas no site oficial do Tribunal de Contas do Estado do Piauí(TCE/PI2024).

Com os dados e informações coletados do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), o trabalho acadêmico possui uma limitação temporal dos anos de 2019,2020,2021 e 2022, em razão de serem os últimos anos de divulgação do TCE/PI, e por fazer parte da limitação temporal do anos antes da pandemia, durante.

Além dos resultados obtidos diretamente no sistema do IEGM, também foi utilizada uma entrevista estruturada como conteúdo complementar. Essa entrevista foi feita por meio de conversa WhatsApp, de forma escrita. O entrevistado foi um assessor ligado ao municipio responsavel tecnico pelo IEGM na prefeitura, que presta serviços de assessoria aos secretários no município de Água Branca.

O roteiro da entrevista está no apendice ao final deste estudo, apresentando os aspectos analisados em relação aos indicadores fornecidos pelo IEGM.

A coleta de dados foi realizada durante o período do estudo, utilizando planilhas eletrônicas geradas pelo sistema do IEGM. Com base nessas planilhas, foram elaboradas tabelas individuais que demonstram a efetividade dos indicadores nos anos de 2019 a 2022. Esses anos possuem informações completas e estão

disponibilizados de forma transparente no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Foi aplicada a estatística descritiva para analisar a evolução dos indicadores ao longo do período estudado.

### 3. RESULTADO E DISCUSSÕES

Neste capítulo, analisamos o Índice de Efetividade do Município de Água Branca/PI, nosso objeto de estudo. Com esse propósito, apresentamos a análise dos resultados da abordagem qualitativa da pesquisa, baseada no banco de dados do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), referentes ao período de 2019 a 2022. Posteriormente, neste capítulo, examinaremos a entrevista realizada com o avaliador do município sobre a percepção da gestão municipal quanto à importância desse índice, bem como a realidade enfrentada pelo município durante a pandemia.

#### 3.1 Análise das 7 dimensões do Índice de Efetividade da Gestão Municipal de Água Branca 2019 a 2022.

A realização desta pesquisa acadêmica permitiu a identificação e mensuração dos indicadores e questionários que compõem o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) no município de Água Branca, Piauí. O período trabalhado compreende os anos de 2019 a 2022, tendo sido selecionado para tratar dos dados mais recentes disponíveis no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). Além disso, essa delimitação temporal permite uma análise abrangente da evolução do índice, considerando seu desempenho antes, durante da COVID-19, possibilitando a compreensão dos impactos dessa crise sanitária sobre a efetividade da gestão municipal.

O IEGM é composto por sete dimensões, sendo que saúde, gestão fiscal, planejamento e educação representam 80% do índice, devido à sua relevância na administração pública municipal. Uma análise dos dados demonstra que o município de Água Branca não atingiu um alto grau de efetividade ao longo do período analisado.

A classificação qualitativa do IEGM é baseada em questionários preenchidos pelos gestores e controladores municipais, que avaliam a efetividade da administração pública local. Esses questionários abrangem um total de 226 questões, distribuídas entre as sete dimensões do índice, sendo: 59 questões relacionadas à educação, 58 à saúde, 48 ao planejamento, 7 à gestão fiscal, 21 ao meio ambiente, 12 à proteção das cidades e 21 à governança tecnológica. Essa metodologia foi desenvolvida para garantir que a avaliação cubra o escopo necessário e atenda às demandas dos cidadãos, permitindo uma análise detalhada

da gestão municipal.

Algumas áreas possuem peso maior na composição final do índice, especialmente Saúde, Educação, Gestão Fiscal e Planejamento, pois são consideradas fundamentais para o desempenho municipal. Posteriormente, as respostas fornecidas pelos municípios são comprovadas pelo Tribunal de Contas, que foram concedidas com base nos critérios estabelecidos.

Após a análise, o município recebe uma nota final, classificando-o dentro de uma das cinco faixas do IEGM, que vão de A (Altamente Efetiva); B+ (Muito Efetiva); B (Efetiva); C+ (Em fase de adequação); C (Baixo Nível de Adequação). Representado assim o grau de efetividade do município com base nas respostas.

Na próxima seção, serão apresentadas tabelas e análises comparativas dos indicadores levantados nesta pesquisa sobre o município de Água Branca/PI. Além disso, para contextualizar os resultados obtidos, será realizada uma comparação do IEGM de Água Branca com os três municípios mais populosos do Piauí (Teresina, Parnaíba e Picos). Esse comparativo permitirá compreender como a efetividade da gestão municipal de Água Branca se posiciona em relação a outros municípios de maior porte, possibilitando uma reflexão mais ampla sobre os desafios e avanços na administração pública municipal no estado do Piauí.

O indicador I-EDUC, responsável por avaliar a efetividade da gestão pública municipal na área da Educação, obteve, no ano de 2019, a classificação C, estabelecendo um baixo nível de adequação e efetividade da administração municipal em relação aos critérios estabelecidos nos questionários aplicados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). No entanto, ao longo dos anos seguintes, houve uma melhoria gradual no desempenho do município, refletida na elevação da nota para C+ nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Embora essa evolução demonstre avanços na gestão educacional, o município ainda se encontra em fase de adequação, necessitando de maiores esforços para alcançar um nível de efetividade mais elevado. Mesmo assim, a educação se destaca como uma das melhores dimensões do IEGM no município, evidenciando que há um comprometimento progressivo com a melhoria dos indicadores educacionais.

Quadro 3: Notas de Efetividade do I-EDUC de Água Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
I-SAÚDE	C	C+	C+	C+

Legenda: A (Altamente Efetiva); B+ (Muito Efetiva); B (Efetiva); C+ (Em fase de adequação); C (Baixo Nível de Adequação).

Fonte: Adaptado de IEGM/PI.

Quadro 4: Comparativo com os municípios mais populosos

I-EDUC	2019	2020	2021	2022
ÁGUA BRANCA	C	C+	C+	C+
TERESINA	C+	C	C+	C
PARNAÍBA	C+	C	C+	C
PICOS	B	C	C+	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Ao comparar o município de Água Branca com os três municípios mais populosos do Piauí (Teresina, Parnaíba e Picos), observa-se que Água Branca obteve a melhor avaliação no último período analisado. Além disso, percebe-se uma oscilação e declínio na efetividade da gestão educacional nos outros três municípios, o que destaca a evolução positiva do índice de efetividade da educação (I-EDUC) em Água Branca durante o período delimitado.

A análise dos questionários do I-EDUC, respondidos no período treinado, permitiu uma melhor compreensão da estrutura educacional do município na época. Um dos principais fatores que se desenvolveram para o aumento e posterior estabilização do índice em fase de adequação foi a adoção de ações estratégicas pela prefeitura municipal. Entre as iniciativas destacam-se:

Monitoramento da taxa de abandono escolar, garantindo o acompanhamento da frequência dos alunos, visitas domiciliares às famílias, realizadas em parceria com o Conselho Tutelar, para incentivar a permanência das crianças na escola. Adesão à plataforma Busca Ativa Escolar, que visa identificar e reinserir alunos em situação de evasão escolar.

Além dessas medidas, a prefeitura de Água Branca realizou um estudo para identificar a demanda por creches no município, abrangendo todas as crianças de 0 a 3 anos. No entanto, apesar desse levantamento, ainda existem crianças que não foram atendidas, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta de creches na região.

Apesar dos avanços, algumas fragilidades ainda foram identificadas. A gestão municipal não implementou um programa municipal de avaliação do rendimento escolar no ano base, o que dificulta um acompanhamento mais detalhado da qualidade do ensino. Além disso, não foram registradas ações governamentais externas ao combate ao bullying escolar, um aspecto essencial para a criação de um ambiente educacional seguro e inclusivo.

Dessa forma, embora o município de Água Branca tenha se destacado positivamente em relação aos demais específicos, ainda há pontos a serem aprimorados para consolidar uma gestão educacional mais eficaz e alinhada às necessidades da população.

O indicador I-SAUDE, responsável por medir a efetividade da gestão municipal na área da saúde, destacou-se como o melhor índice médio entre todas as dimensões do IEGM. Entre os anos de 2019 a 2021, o indicador manteve classificações positivas, variando entre B (efetiva gestão) e B+ (gestão muito eficaz), demonstrando um bom desempenho na administração dos serviços de saúde pública.

No entanto, em 2022, observou-se uma queda na efetividade da gestão da saúde, resultando na classificação C+, a mais baixa do período analisado. Esse declínio pode indicar dificuldades na manutenção da qualidade dos serviços de saúde municipais, possivelmente decorrentes de restrições orçamentárias, reorganização da rede de atendimento, impactos da pandemia da COVID-19 ou desafios na alocação de recursos.

A análise desse indicador é essencial para compreender as oscilações no desempenho da saúde municipal, permitindo à administração pública identificar fragilidades e implementar estratégias de melhoria. Dessa forma, medidas eficazes podem ser adotadas para recuperar a efetividade da gestão da saúde e melhorar a oferta de serviços à população.



Quadro 5: Notas de Efetividade do I-SAUDE do município de Água Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
I-SAUDE	B	B+	B	C+

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Quadro 6: Comparativo com os municípios mais populosos

I-SAUDE	2019	2020	2021	2022
ÁGUA BRANCA	B	B+	B	C+
TERESINA	B	B+	C+	C
PARNAIBA	C+	B	C	C
PICOS	C+	C+	B	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Ao comparar o indicador I-SAUDE do município de Água Branca com os de Teresina, Parnaíba e Picos, verifica-se que, nos quatro municípios, houve uma queda progressiva na efetividade da gestão da saúde ao longo dos anos aplicados. O ano de 2022 representou o pior desempenho para todos os municípios, evidenciando um cenário desafiador na prestação de serviços de saúde pública. No entanto, Água Branca obteve um desempenho relativamente melhor, mantendo a classificação C+, enquanto os demais municípios obtiveram notas inferiores.

A análise dos questionários do I-SAUDE de Água Branca nos anos delimitados possibilitou um entendimento mais detalhado dos fatores que influenciaram essa classificação. De acordo com as respostas fornecidas: O município possuía um sistema estruturado para monitoramento da demanda reprimida nos atendimentos ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, em articulação com o sistema estadual de acompanhamento da Atenção Básica. Esse fator garantiu maior controle sobre os gargalos na prestação de serviços de saúde.

Durante a pandemia, a Água Branca desenvolveu consultas médicas à distância, utilizando tecnologias como telefone e internet. Essa iniciativa contribuiu significativamente para a manutenção dos atendimentos em um período crítico e impactou positivamente na avaliação da efetividade da saúde municipal.

A prefeitura garantiu o funcionamento contínuo das unidades municipais de saúde, garantindo que a prestação de assistência médica não fosse interrompida devido à falta de insumos. Essa medida foi um diferencial relevante, considerando que muitos municípios, incluindo capitais, enfrentaram dificuldades no abastecimento

de materiais e medicamentos durante uma pandemia.

Apesar desses avanços, ainda foram identificadas fragilidades na gestão da saúde municipal. Entre os principais desafios: O município não possui um controle eficaz do absenteísmo em consultas médicas de Atenção Básica, o que pode comprometer a eficiência dos serviços prestados.

Também não há controle de absenteísmo para exames médicos de Atenção Básica, o que pode impactar na continuidade dos tratamentos e na prevenção de agravos à saúde da população. Em síntese, embora Água Branca tenha apresentado um desempenho relativamente melhor em comparação com outros municípios analisados, os resultados do I-SAUDE em 2022 demonstram que ainda há espaço para melhorias na gestão da saúde pública. A implementação de um sistema de controle de absenteísmo poderia contribuir para reduzir desperdícios de recursos e garantir maior eficiência na oferta de serviços à população. Além disso, manter e ampliar iniciativas como teleconsultas e monitoramento da demanda reprimida pode ser essencial para melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde no município.

O indicador I-PLAN tem como objetivo avaliar se o município desenvolve estratégias de planejamento estratégico e se as políticas públicas são gerenciadas com base em critérios técnicos e sustentáveis. Trata-se de uma das dimensões com pior desempenho no município, refletindo fragilidades no processo de planejamento e gestão de longo prazo.

Em 2019, o município obteve a classificação C+, inferior à gestão que obteve em fase de adequação. No entanto, nos anos seguintes (2020, 2021 e 2022), o índice apresentou uma queda para C, o que representa um baixo nível de adequação no planejamento municipal. Essa supervisão progressiva do indicador demonstra uma redução na efetividade da gestão estratégica, indicando que as políticas públicas renovadas não foram suficientes para melhorar a capacidade de planejamento e execução das ações governamentais.

A queda na nota do I-PLAN pode estar relacionada a fatores como ausência de planejamento integrado, baixa utilização de ferramentas de gestão estratégica e dificuldades na implementação de projetos sustentáveis causados pela pandemia de covid-19. A falta de um planejamento sólido envolve não apenas a eficiência da administração pública, mas também a qualidade dos serviços prestados à população, impactando diretamente no desenvolvimento municipal.

Quadro 7: Notas de Efetividade do I-PLAN do município de Água Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
I-PLAN	C+	C	C	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Quadro 8: Comparativo com os municípios mais populosos

I-PLAN	2019	2020	2021	2022
ÁGUA BRANCA	C+	C	C	C
TERESINA	C	C+	C+	C
PARNAÍBA	C	C	B	C
PICOS	C	C	C	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

A comparação com outros municípios reforça a falta de efetividade e a queda progressiva do indicador I-PLAN ao longo dos anos analisados. Entre os municípios treinados, apenas Parnaíba obteve uma classificação efetiva em 2021, enquanto todos os demais municípios determinaram 2022 com uma classificação de baixo nível de adequação, evidenciando um cenário desafiador no planejamento estratégico municipal.

A análise dos questionários do I-PLAN permite identificar alguns fatores que desenvolvem para o baixo nível de efetividade da gestão municipal de Água Branca nesse indicador. Entre os principais pontos observados:

Ausência de um planejamento estruturado o planejamento da prefeitura para o ano base não foi desenvolvido com base em programas, indicadores, metas e ações estratégicas, comprometendo a efetividade da gestão.

Falta de controle interno formalizado, o município não dispõe de um órgão ou servidor específico responsável pelo controle interno da prefeitura, com atribuições formalmente definidas e apresentação periódica de relatórios. Essa lacuna compromete o monitoramento e a avaliação da execução do planejamento.

Baixa participação social no planejamento orçamentário apesar da realização de audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias de 2022, não foram disponibilizados mecanismos de consulta pública online para a coleta de sugestões da população. Além disso, não há mecanismos de acompanhamento da execução das demandas originadas de participação popular, o que reduz a transparência e a legitimidade das decisões governamentais.

Falta de estrutura administrativa e de recursos humanos para planejamento, o município não dispõe de uma estrutura administrativa específica para o planejamento e cuidado de recursos humanos capacitados para a operacionalização das atividades de gestão estratégica. Essa limitação dificulta a implementação de um modelo de planejamento eficiente e sustentável.

Equipe estruturada para planejamento municipal, a gestão do município conta com uma equipe responsável pela elaboração dos principais instrumentos de planejamento governamental (PPA, LDO e LOA).

Diagnóstico prévio antes da elaboração do planejamento, antes da formulação das políticas orçamentárias, o município realizou um levantamento formal dos problemas, necessidades e deficiências, o que demonstra um esforço para basear as decisões em dados concretos.

Acompanhamento da execução do planejamento, apesar das fragilidades, o município realiza o acompanhamento da execução do planejamento, garantindo algum nível de controle sobre a implementação das ações governamentais. Para melhorar esse cenário, seria necessário fortalecer a estrutura administrativa externa para o planejamento, ampliar os mecanismos de participação social e implementar sistemas de monitoramento e controle interno que garantam maior eficiência e transparência na gestão pública.

O indicador I-GOV TI, que avalia a gestão da Tecnologia da Informação (TI) nas gestões da Tecnologia da Informação (TI) nos municípios, tem como a tecnologia é utilizada para aprimorar a eficiência administrativa e fortalecer a transparência pública.

Entre 2019 e 2021, o município teve um bom desempenho, sendo classificado B (Efetiva), destacando que as práticas de governança em TI estavam alinhadas às necessidades da gestão pública. No entanto, em 2022, observa-se uma queda significativa no desempenho do indicador, rebaixando a classificação para C (Baixo nível de adequação). A redução drástica na efetividade da TI sugere que o município teve dificuldades na manutenção, modernização ou ampliação dos recursos tecnológicos utilizados na administração pública.

A queda vertiginosa do indicador I-GOV TI em 2022 demonstra que a governança da Tecnologia da Informação no município representou desafios significativos, comprometendo sua capacidade de inovação e eficiência na administração pública. Para reverter esse cenário, é fundamental que o município

reinvestida na modernização dos sistemas, fortaleça a capacitação dos servidores da área de TI e amplie iniciativas inovadoras de transparência e digitalização dos serviços públicos.

Quadro 9: Notas de Efetividade do I-GOV TI do município de Água Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
I-GOV T1	B	B	B	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Quadro 10: Comparativo com os municípios mais populosos

I-GOV TI	2019	2020	2021	2022
ÁGUA BRANCA	B	B	B	C
TERESINA	B	B	B+	C+
PARNAIBA	B	B	B+	C
PICOS	C+	B+	B	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Ao comparar os resultados do indicador I-GOV TI do município de Água Branca com os de Teresina, Parnaíba e Picos, observa-se um padrão de declínio na efetividade da gestão de Tecnologia da Informação (TI) semelhante ao selecionado nas dimensões de Saúde, Educação e Planejamento. Em 2022, a melhor avaliação entre os municípios foi registrada em Teresina, com nota C+, evidenciando que nenhuma das cidades comprovadas conseguiu manter níveis elevados de governança digital.

A análise das respostas do questionário do I-GOV TI para o período delimitado destacou alguns aspectos positivos e fragilidades na governança de TI do município de Água Branca:

Existência de um departamento específico de Tecnologia da Informação, a prefeitura possui uma área departamental voltada exclusivamente para a TI, o que demonstra a preocupação com a estruturação dessa função dentro da administração municipal.

Definição de competências para os profissionais de TI, a prefeitura conta com funcionários temporários na área de TI e princípios para seleção e formação desses profissionais, garantindo requisitos técnicos mínimos para a equipe.

Programas de capacitação para profissionais de TI, a gestão municipal

disponibiliza anualmente programas de atualização para os servidores da área de Tecnologia da Informação, permitindo a qualificação contínua dos profissionais.

Manutenção de um site atualizado, a prefeitura mantém um portal atualizado semanalmente, garantindo a publicação de dados e documentos relacionados a contratos e processos licitatórios, um fator essencial para transparência e acesso à informação.

Ausência de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o município não possui um PDTI vigente, documento essencial para estabelecer diretrizes, metas e estratégias de desenvolvimento tecnológico, comprometendo o planejamento e a evolução da governança digital.

Falta de uma Política de Segurança da Informação, a prefeitura não possui um documento formal publicado que defina procedimentos para o uso adequado da TI pelos funcionários municipais. A ausência de uma Política de Uso Aceitável ou de Segurança da Informação pode gerar vulnerabilidades operacionais e riscos à proteção de dados institucionais.

Os resultados do I-GOV TI em 2022 demonstram que, assim como nossos demais municípios analisados, Água Branca representa desafios na manutenção e aprimoramento da governança digital. Apesar de contar com uma equipe de TI estruturada, programas de capacitação e um site atualizado para transparência pública, a ausência de um Plano Diretor de TI e de uma Política de Segurança da Informação compromete a efetividade da gestão tecnológica.

A seguir, analisamos o indicador I-AMB, que avalia a gestão ambiental dos municípios, sendo uma das dimensões de níveis mais impactadas durante a pandemia da COVID-19. A trajetória desse indicador evidencia uma queda significativa na efetividade da gestão ambiental, tornando-se uma dimensão com pior desempenho no período desenvolvido.

Em 2019 e 2020, o município obteve a classificação B (Efetiva), demonstrando um nível de pressão na implementação de políticas ambientais. No entanto, nos anos seguintes (2021 e 2022), houve um declínio no índice, resultando na classificação C (Baixo nível de adequação). Essa mudança sugere fragilidades na manutenção e execução das políticas ambientais, possivelmente intensificadas pelos desafios trazidos pela pandemia, que podem ter desviado recursos e atenções para áreas prioritárias, como saúde e assistência social.

Quadro 11: Notas de Efetividade do I-AMB do município de Água Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
I-AMB	B	B	C	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Quadro 12: Comparativo com os municípios mais populosos

I-AMB	2019	2020	2021	2022
ÁGUA BRANCA	B	B	C	C
TERESINA	B	C+	B	C
PARNAIBA	C+	B	B+	C
PICOS	C+	C	C	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Ao comparar o índice I-AMB do município de Água Branca com o de outros municípios do Piauí, observa-se uma tendência geral de queda na efetividade da gestão ambiental. Os municípios que obtiveram uma classificação melhor na média foram Parnaíba e Teresina, contudo, em 2022, nenhum município desenvolvido alcançou uma nota superior a C (Baixo nível de adequação). Esse cenário reflete fragilidades estruturais na implementação de políticas ambientais e a necessidade de maior investimento na sustentabilidade municipal.

A partir da avaliação das respostas fornecidas no I-AMB, foi possível identificar os principais pontos da gestão ambiental de Água Branca: Estrutura administrativa para gestão ambiental, a prefeitura de Água Branca possui um setor organizacional dedicado a tratar de questões ambientais, o que demonstra uma iniciativa para fortalecer a governança ambiental municipal. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o município possui um plano programado, um aspecto positivo para a estruturação de políticas ambientais de longo prazo.

Plano de Resíduos da Construção Civil, o município também conta com um Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil, abrangendo coleta, transporte e destinação final, fundamental para reduzir os impactos ambientais causados por entulhos e restos de obra.

Plano Municipal de Saneamento Básico, a prefeitura possui um Plano Municipal de Saneamento Básico, o que permite a organização e execução de políticas externas à melhoria da infraestrutura sanitária.

Ausência de coleta coletada de resíduos sólidos, apesar de possuir um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a prefeitura não implementa um sistema de coleta seletiva, o que reduz a eficiência na destinação e reciclagem dos resíduos.

Disposição concentrada de resíduos sólidos, o município ainda descartou resíduos sólidos a céu aberto (lixões), sem um sistema adequado de tratamento e destinação correta para aterros sanitários.

Falta de processamento dos resíduos antes do descarte, antes do aterramento dos resíduos, o município não realiza qualquer tipo de processamento, comprometendo a sustentabilidade e o reaproveitamento de materiais recicláveis.

Os resultados do I-AMB de Água Branca refletem avanços na estruturação de políticas ambientais, porém evidenciam grandes desafios na implementação dessas políticas. A ausência de coleta seletiva e o descarte inadequado de resíduos sólidos são os principais gargalos da gestão ambiental municipal, impactando não apenas o meio ambiente, mas também a saúde pública e a qualidade de vida da população.

A dimensão I-CIDADE, que avalia a capacidade das prefeituras em planejar e implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano e à qualidade de vida nas cidades, apresentou o menor nível de efetividade entre todas as dimensões apresentadas neste estudo. Durante o período de 2019 a 2022, o município obteve classificação C (Baixo nível de adequação) em todos os anos, demonstrando dificuldades persistentes na gestão do desenvolvimento urbano e na implementação de políticas eficazes para a melhoria da infraestrutura e dos serviços urbanos.

A manutenção da nota C ao longo dos anos sugere que não houve avanços avançados na área, deixando limitações na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a mobilidade urbana, segurança, habitação e saneamento básico. Esse cenário reflete a necessidade de maior planejamento estratégico e investimentos na infraestrutura municipal, para proporcionar melhor qualidade de vida à população e garantir o crescimento sustentável da cidade.



Quadro 13: Notas de Efetividade do I-CIDADE do município de Água Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
I-CIDADE	C	C	C	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Quadro 14: Comparativo com os municípios mais populosos

I-CIDADE	2019	2020	2021	2022
ÁGUA BRANCA	C	C	C	C
TERESINA	B	B	B	C
PARNAÍBA	A	B	B	B
PICOS	B	B	B	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Ao comparar o indicador I-CIDADE do município de Água Branca com os de Teresina, Parnaíba e Picos, verifica-se que Água Branca apresenta um desempenho significativamente inferior em relação aos demais municípios analisados. Enquanto os três municípios mais populosos do Piauí obtiveram resultados mais positivos nesse indicador, Parnaíba se destacou, sendo o único a obter nota A (Altamente Efetiva) e não registrar nenhuma nota abaixo de B (Efetiva) durante o período de 2019 a 2022.

A análise das respostas fornecidas pelo município de Água Branca nos questionários do IEGM permitiu identificar alguns fatores que explicam a baixa efetividade do I-CIDADE. Entre os principais pontos observados:

Ausência de uma Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), O município não criou a COMPDEC, órgão responsável pela execução, coordenação e mobilização das ações de defesa civil, sob a justificativa de que a cidade não apresenta risco significativo de desastres naturais. No entanto, a existência dessa estrutura é fundamental para garantir uma resposta adequada a eventuais emergências.

Falta de identificação e mapeamento de áreas de risco, o município não realiza a identificação e o mapeamento de áreas suscetíveis a desastres, comprometendo a capacidade de prevenção e resposta a possíveis eventos extremos.

A ausência de vistorias preventivas em edificações vulneráveis, a gestão municipal não realizou inspeções em construções vulneráveis com o objetivo de intervenção preventiva, o que pode aumentar riscos estruturais e comprometer a

segurança da população.

Inexistência de um Plano de Contingência Municipal (PLANCON), o município não possui um Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil, documento essencial para a definição de protocolos e estratégias de resposta a emergências e desastres urbanos.

Falta de um canal de atendimento emergencial à população, não há um canal específico para o registro de ocorrências de desastres ou emergências urbanas, limitando a capacidade da administração pública de responder rapidamente a eventos críticos.

Os resultados do I-CIDADE de Água Branca demonstram que o município enfrentou desafios estruturais na gestão do desenvolvimento urbano e na implementação de políticas de segurança e defesa civil. A ausência de planejamento preventivo, mapeamento de áreas de risco e canais de atendimento emergencial impacta melhorias na capacidade da administração municipal de garantir infraestrutura urbana segura e sustentável para seus cidadãos.

O indicador I-FISCAL, responsável por avaliar a capacidade da administração municipal de administrar as finanças públicas de maneira eficiente, garantindo o equilíbrio fiscal e o cumprimento das obrigações legais, apresentou um desempenho positivo na média dos quatro anos comprovados. No entanto, o índice também declarou uma especificação de queda progressiva, semelhante ao coletado em outras dimensões avaliadas.

Em 2019, o município obteve a classificação B (Efetivo), reduzindo uma gestão fiscal equilibrada e alinhada às boas práticas de administração financeira. Em 2020, houve um avanço, com a nota B+ (Muita Efetividade), demonstrando um maior controle orçamentário e cumprimento das metas fiscais. No entanto, a partir de 2021, o índice entrou em um processo de declínio, atingindo C+ (Em fase de adequação) e, posteriormente, C (Baixo nível de adequação) em 2022.

A evolução do I-FISCAL revela que, apesar de um desempenho inicial positivo, a gestão fiscal do município sofreu um declínio ao longo dos anos, especialmente após os impactos econômicos da pandemia. O município precisa reavaliar suas políticas de arrecadação, controle de despesas e planejamento orçamentário para retomar a efetividade da gestão fiscal e garantir maior estabilidade financeira nos próximos anos.

Quadro 15: Notas de Efetividade do I-FISCAL do município de Água Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
IEGM	B	B	C+	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Quadro 16: Comparativo com os municípios mais populosos

I-FISCAL	2019	2020	2021	2022
ÁGUA BRANCA	B	B+	C+	C
TERESINA	B	C+	B	B
PARNAIBA	B+	B+	B	C+
PICOS	C+	B	B	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Ao comparar o indicador I-FISCAL do município de Água Branca com os de Teresina, Parnaíba e Picos, observa-se que, com exceção de Teresina, todos os municípios analisados evidenciaram uma queda na efetividade da gestão fiscal entre 2019 e 2022. Em 2022, Teresina foi o único município a alcançar a classificação B (Efetiva), enquanto os demais destacaram um desempenho inferior. Esse cenário demonstra que, apesar de um período inicial de estabilidade, a administração fiscal enfrenta desafios importantes nos últimos anos.

A análise das respostas fornecidas pelo município de Água Branca nos questionários do IEGM permitiu identificar os principais fatores que influenciaram a queda na efetividade fiscal. Entre os aspectos mais relevantes, destacam-se:

Estrutura administrativa externa para administração tributária, o município possui uma estrutura organizada para a administração tributária, o que demonstra um esforço na gestão dos recursos públicos e arrecadação municipal.

Recursos humanos dedicados à administração tributária, a prefeitura dispõe de profissionais para a operacionalização das atividades tributárias, garantindo um mínimo de estrutura para a gestão fiscal. Cumprimento dos repasses duodecimais às Câmaras Municipais, o município realizou o repasse dos duodécimos dentro dos limites estabelecidos pelo Art. 29-A da Constituição Federal, garantindo a regularidade financeira da legislação municipal.

O servidor responsável pela contabilidade não é ocupante de carga efetiva, a ausência de um profissional concursado pode comprometer a continuidade e a qualidade da gestão contábil, tornando a administração fiscal mais vulnerável às oscilações políticas. Falta de regulamentação sobre a dívida ativa, o município não

possui normas específicas para a regulamentação da dívida ativa, prejudicando a gestão e recuperação de receitas públicas.

Ausência de cobrança extrajudicial da dívida ativa, a prefeitura não realiza a cobrança extrajudicial dos débitos inscritos na dívida ativa, o que limita a recuperação de créditos municipais e pode comprometer o equilíbrio fiscal a longo prazo.

Falta de transparência na divulgação das receitas e despesas em tempo real, A não publicação dos dados fiscais em tempo real reduz a transparência e o controle social sobre a execução orçamentária, podendo afetar a confiança da população na gestão municipal.

Os resultados do I-FISCAL de Água Branca indicam que, apesar de possuir uma estrutura tributária organizada e cumprir suas obrigações básicas, o município enfrentará desafios na arrecadação, gestão da dívida ativa e transparência fiscal, muito causados pela pandemia. A ausência de regulamentação da dívida ativa e a falta de cobrança eficiente impactam diretamente a capacidade do município de recuperar receitas e manter um equilíbrio fiscal sustentável.

Quadro 17: Notas gerais IEGM do município de Agua Branca/PI

INDICADOR	2019	2020	2021	2022
IEGM	B	B	C+	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Quadro 18: Comparativo com os municípios mais populosos

IEGM	2019	2020	2021	2022
AGUA BRANCA	B	B	C+	C
TERESINA	B	B	C+	C
PARNAIBA	B	B	C+	C
PICOS	C+	C	C+	C

Fonte: Adaptado de IEGM/PI

Por fim, fez-se uma comparação geral do IEGM do município de Água Branca em relação aos demais municípios mais populosos do Piauí, com o objetivo de analisar a eficiência da gestão municipal ao longo do período treinado. Observe-se que, assim como Teresina, Parnaíba e Picos, Água Branca apresentou uma queda progressiva na efetividade da administração pública durante os anos aplicados. Em 2022, último ano da pesquisa, todos os municípios avaliados receberam a

classificação C (Baixo nível de adequação), reduzindo uma redução significativa na eficiência da gestão municipal.

Com base nos dados coletados e na análise final do índice IEGM, conclui-se que o município de Água Branca apresenta, de maneira geral, um baixo nível de eficácia na gestão pública. Embora algumas dimensões do índice tenham apresentado resultados positivos, a maioria dos indicadores aponta para a necessidade de melhorias estruturais, desenvolvimento estratégico e aprimoramento na implementação de políticas públicas.

Essa queda contínua na efetividade da gestão municipal foi observada ao longo dos anos, evidenciando a importância de ações corretivas para reverter esse cenário nos próximos ciclos de avaliação. Para garantir melhores resultados no índice IEGM, é fundamental que o município adote medidas que fortaleçam a eficiência administrativa, ampliem a transparência fiscal, modernizem a infraestrutura e aprimorem os serviços prestados à população.

### 3.2 Análise da entrevista

A entrevista que compõe este trabalho de pesquisa foi realizada com o assessor de contratos e convênio do município de Água Branca, responsável pela pasta ligada ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal de Água Branca/PI. Em suas declarações, ele destacou diversos pontos relevantes e interessantes sobre o IEGM, além de como o município deve abordá-lo. Perguntado inicialmente como é realizado a aplicação do questionário do IEGM, se é realizado de forma setorizado e se teve alguma dificuldade Assessor respondeu:

“O TCE, todo mês através de uma fundação, joga no sistema para os prefeitos. O prefeito, através do TSE, tem um cadastro, a gente entra com o cadastro do prefeito, com a senha. A partir daí, pega a senha do questionamento das secretarias que são já vinculadas. Ele quem lança é o IEGM, não é prefeito, a gente não escolhe. As secretarias Saúde, Educação, Meio Ambiente, Governância, Controladoria, TI e Planejamento. Cada secretário, eu como responsável do IEGM, entro com a senha do gestor, digito o nome do secretário, o CPF, portaria, aí é liberado o e-mail, é liberado a senha automática que vai direto para o e-mail do secretário. Ele com a senha, ele tem acesso, entra no TSE e ele bota editar e bota a senha e ele tem acesso em responder cada secretário. Não é a prefeitura, quem libera tem um prazo. Quando joga no sistema, a gente tem um prazo de 45 dias, 30 dias. Os municípios que não responder têm mais um prazo da CPF, mais 7, 10 dias que nem todos os municípios respondem na data correta. E aí, quando a gente responde, cada pauta, cada secretário responde, direto, quando ele

responde lá, ele salva, envia. A partir do momento que envia, ele salva, imprime e guarda para no outro dia, no próximo ano ele responder”.

A entrevista revela aspectos fundamentais sobre o funcionamento do IEGM , destacando a estrutura organizacional necessária para o cumprimento das exigências do TCE. O relato evidencia que a efetividade do preenchimento das informações depende diretamente da colaboração entre as secretarias municipais, reforçando a importância da gestão integrada e da responsabilidade técnica dos secretários. Além disso, as dificuldades relacionadas, como a necessidade de prorrogação dos prazos, indicam desafios enfrentados pelos municípios na adequação aos requisitos exigidos para a avaliação da gestão pública.

Em seguida, lhe foi perguntado Como o IEGM deve ser interpretado no contexto municipal e qual é o impacto para o município, pela resposta foi possível entender que o IEGM é uma nova ferramenta para os gestores municipais tenham um maior zelo com a gestão pública, servindo como um auxílio a gestão:

“O IEGM foi criado justamente para que os prefeitos, tenham mais cuidado com a gestão, o índice e a efetivação de gestão municipal. Então, esse questionário é para justamente saber se os prefeitos estão se adequando às novas leis de gestão municipal. Então, a resposta que vem, os questionários que vem, são várias perguntas. Ela vem em 20 questionários, mas cada um que você abre um questionário desse, que você responde sim, abre mais quatro questões para você responder. Então, na totalidade, eles têm um mapeamento de como está sendo feito, efetivado a gestão de saúde, a gestão de educação, a gestão de planejamento. Por exemplo, planejamento, se o município fez concurso, quantas portaria, quantos efetivado, qual a ordem, como é que é feito, se paga diária, se não paga. Então, quando você responde um questionário desse, o IEGM, através do TCE, tem todos os atributos do que está sendo constituído, do que está sendo pregado, do que está sendo efetivado na gestão municipal. E não é só responder sim, lei, portaria, publicação, tudo você tem que botar no questionário. É lei, botar o número da lei e a data da publicação. Então, é muito efetivo, para que o município, ele mesmo se fiscalize. Porque, se o município não responder, ele é penalizado, ele é penalizado em, vamos dizer, ser suspensos recursos do governo federal. O município que responde o IEGM, ele tem um impacto maior em acesso em algumas verbas do governo. Então para o município é ótimo, para o gestor o impacto é muito grande, porque ele também tem acesso para saber o que está acontecendo na secretaria dele. Não só conversar com o secretário. Ele tem na mão essa ferramenta, se ele quiser saber como é que está sendo feita a gestão de cada secretaria”.

O entrevistado enfatizou que o IEGM foi criado para incentivar os prefeitos a aprimorar suas práticas administrativas, garantindo maior alinhamento às normas de gestão pública e promovendo a transparência e a eficiência na administração

municipal. O questionário do IEGM, aplicado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), permite um diagnóstico detalhado das políticas públicas renovadas nos municípios, abrangendo áreas essenciais como saúde, educação e planejamento.

Outro ponto crucial abordado é a relevância do IEGM para a obtenção de recursos federais. O entrevistado menciona que o não preenchimento do questionário pode resultar em penalizações, como a suspensão de repasses do governo federal, evidenciando o impacto direto do índice na capacidade financeira dos municípios. Por outro lado, os municípios que responderem ao IEGM de forma adequada podem ter vantagens no acesso a determinadas palavras, incentivando a adesão ao sistema e o aprimoramento das práticas de gestão.

Foi questionado ao funcionário da prefeitura de que forma os pontos críticos e favoráveis do município devem ser abordados, a resposta foi que com as notas e o desempenho de cada secretaria é mais palpável o entendimento do prefeito de como está o estado do seu município e assim capaz de entender o norte que a gestão municipal tem que seguir, resposta do entrevistado:

“No meu ponto de vista, como servidor público, o índice é benéfico, porque até o prefeito passa a se policiar, muito benéfico. Principalmente para a cidade e povo de Água Branca, que ela é totalmente urbana. Então, é favorável, sim, aos gestores ajudar a administrar os recursos federais e botar em prática a sua gestão, muito importante, muito favorável”.

Conforme já mencionado, o resultado da avaliação do IEGM deve ser encarado como um tipo de feedback para o município, questionado se o IEGM pode ser visto como uma forma de feedback e se o município de Água Branca busca a nota máxima, o entrevistado respondeu da seguinte maneira:

“O prefeito, ele não busca o índice maior. Não é esse o objetivo. Porque, vamos dizer assim, você não recebe, não tem nenhum prêmio, você não vai aumentar o recurso, que os prefeitos correm muito atrás disso. O que é que realmente impacta na gestão é conhecimento na palma da mão. O IEGM ajuda ao gestor saber como é que anda a sua pasta com relação à lei e os recursos. Então, ele não corre atrás de classe A, classe B, classe... Não, ele corre atrás de resultado da sua secretaria, se está efetivando os recursos e as leis e correr atrás de recursos para que desenvolva seu município. Ele está na palma da mão justamente com o secretário. Feedback é esse”.

A entrevista fornece uma perspectiva interessante sobre a realidade específica do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) para os gestores municipais, destacando que o objetivo principal do índice não é simplesmente

alcançar uma melhor classificação, mas sim fornecer um panorama detalhado sobre a gestão pública.

O entrevistado enfatizou que o prefeito não busca, necessariamente, uma nota mais alta no IEGM, uma vez que o índice não oferece prêmios financeiros ou aumento automático de repasses federais. Em vez disso, o IEGM é utilizado como uma ferramenta de gestão, permitindo que o gestor acompanhe, em tempo real, a situação das secretarias municipais em relação às normativas legais e ao uso dos recursos públicos. Essa abordagem reforça o papel do IEGM como um mecanismo estratégico para administração municipal, facilitando a identificação de desafios e a tomada de decisões baseadas em dados concretos.

Outro ponto relevante na entrevista é a importância do feedback contínuo entre o gestor e os secretários municipais. O IEGM possibilita ao prefeito um controle mais preciso sobre a efetividade da aplicação dos recursos públicos, permitindo uma análise detalhada sobre o cumprimento das leis e a implementação das políticas municipais. Dessa forma, o índice não deve ser encarado como um ranking competitivo entre municípios, mas sim como uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento da gestão pública local.

Conforme já observado, durante a pesquisa foi visto a queda dos índices de Efetividade do município de forma geral, levando a cidade de Água Branca das notas B nos anos de 2019 e 2020, para C+ e C, respectivamente nos anos de 2021 e 2022, foi questionado ao responsável a pasta do IEGM no município se a pandemia de Covid-19 teve algum impacto para a decadência no índice, A resposta do assessor:

“Teve sim um grande impacto, em todas as secretarias, saúde, teve uma reviravolta em recursos da saúde, o prefeito teve que fazer muitas mudanças através de decreto, comportamento social, se o comércio não abrir, é muito complicado você mudar um comportamento social através de um decreto dentro de 24 horas. Então, impactou muito, sim, na gestão em todos os setores, transporte, crise, que é a governança, vamos dizer, educação, colégio fechado, você vê, ficou merenda, recurso de merenda, sem poder receber, sem poder mexer, porque perdeu, teve que fazer uma lei, um decreto para que distribísse para as famílias carentes que estavam sem trabalhar, então, impactou muito a gestão”.

A entrevista apresentada reforça a influência da pandemia da COVID-19 na queda dos índices de efetividade da gestão municipal de Água Branca, especialmente entre os anos de 2021 e 2022. A resposta do avaliador confirma que a crise sanitária impactou significativamente todas as secretarias municipais, gerando desafios que afetaram diretamente a administração pública e a prestação



de serviços essenciais .

A fala do entrevistado reforça que a pandemia não apenas interrompeu serviços essenciais, mas também destruturou a gestão pública , levando à realocação de recursos, dificuldades na execução orçamentária e incertezas sobre a administração municipal . Esses fatores explicam a queda nos índices do IEGM , pois a gestão precisa direcionar esforços para enfrentar os desafios imediatos da crise, impactando a execução de políticas públicas e a manutenção da eficiência administrativa.

A próxima pergunta foi tratando de como o índice de I-SAÚDE teve a melhor avaliação durante os anos analisados (2019 a 2022). Mesmo com o impacto da pandemia, por que esse índice não foi tão afetado, resposta do entrevistado:

“O município de água branca adotou uma comissão com várias secretárias importantes para resolver os problemas de saúde, reduzir o impacto da Covid de saúde em água branca. E a gente não criou nada a não ser através das leis ou dos decretos efetivados pelo governo do estado, a gente seguiu todos, que a comissão do governo do estado bem mais ampla, tudo que o governo do estado seguia, nós adotava em Água Branca. No município de Água Branca, tudo que veio de recurso, a gente aplicou e acompanhou o decretos e portarias do estado com relação a Covid-19, por isso que eu acho que esse índice nosso não caiu”.

A entrevista revela as estratégias adotadas pelo município de Água Branca para minimizar os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde pública e na administração municipal. O entrevistado destaca que a criação de uma comissão composta por diversas secretarias foi essencial para gerenciar a crise sanitária e implementar medidas para conter os efeitos da pandemia no município.

Um ponto importante levantado na fala é que a Água Branca não adotou medidas independentes, mas rigorosamente os decretos, portarias e diretrizes determinantes pelo governo estadual. Isso demonstra um alinhamento da gestão municipal às normas e protocolos estaduais, o que pode ter facilitado a padronização das ações de combate à pandemia e garantida uma resposta coordenada e eficaz.

Além disso, o entrevistado enfatizou que todos os recursos captados para o enfrentamento da COVID-19 foram devidamente aplicados , reforçando a importância da transparência na gestão pública . Esse fator pode ter sido determinante para que o índice do município não apresentasse quedas ainda mais acentuadas no IEGM , especialmente na área da saúde.

No entanto, a dependência exclusiva das diretrizes estaduais também pode

ter limitado a flexibilidade da gestão municipal , impedindo a adoção de estratégias específicas para a realidade local. Os municípios que implementam políticas complementares específicas podem ter tido um impacto mais positivo na contenção da pandemia e na manutenção da eficiência dos serviços públicos .

A resposta do entrevistado evidencia que o município de Água Branca apresentou uma abordagem alinhada às diretrizes estaduais , garantindo a aplicação correta dos recursos e o cumprimento das normas sanitárias durante a pandemia da COVID-19 . Esse alinhamento pode ter minimizado o impacto da crise na gestão municipal , evitando aquelas mais expressivas no IEGM.

Também foi questionado a opinião do assessor sobre o fato que outros municípios do Piauí apresentaram também uma queda no índice de efetividade no mesmo período, e se isso corrobora a ideia do impacto real da pandemia e da crise sanitária, o entrevistado me respondeu o seguinte:

“Com certeza, foi anos, esses dois anos da pandemia, anos muito difícil para gestão. como já foi dito, foi tentar mudar o comportamento de uma sociedade, por exemplo, fechar comércio, todo mundo andar de máscara. Você com uma pessoa doente no hospital lá e sem poder entrar, sem poder visitar. Então, impactou tudo, o comércio, sem entrar recursos, esperando só o recurso do governo federal. Então, impactou, temos absoluta certeza que impactou em todos os municípios, sim”.

A resposta do assessor reforça a tese de que a pandemia da COVID-19 teve um impacto direto e significativo na gestão municipal, não apenas em Água Branca, mas também em outros municípios do Piauí. O entrevistado destacou que os anos de 2020 e 2021 foram exigentes para a administração pública, considerando que os gestores tiveram que lidar simultaneamente com a crise sanitária, mudanças no comportamento social e restrições econômicas.

O relato evidencia que um dos maiores desafios da gestão municipal durante a pandemia foi a necessidade de implementar mudanças rápidas e drásticas no cotidiano da população, como o fechamento do comércio, o uso obrigatório de máscaras e restrições no acesso aos hospitais. Essas medidas, embora permitidas para o controle da propagação do vírus, geraram resistência social e dificuldades operacionais para a administração pública, afetando diretamente a execução de políticas municipais e a eficiência dos serviços públicos.

Foi também questionado ao assessor se as notas obtidas no IEGM entre 2019 e 2022 (B, B, C+ e C, respectivamente) refletem fielmente a realidade do município de

Água Branca durante esse período, e com relação a isso, ele retornou da seguinte forma:

“Tudo o que se refere à gestão pública, é publicada e divulgada. Como é que um gestor presta conta dos recursos? Através do jornal, através das redes sociais, portal da transparência. Então, não tem como o gestor, o governo, está inventando que tem uma coisa sem estar publicado. Você faz um projeto de lei e é publicado, você tem uma lei e é publicado em todos os portais, você recebe um recurso de uma obra, você vê, quando você recebe um recurso de uma obra, a primeira coisa que está lá é uma placa, é obrigatória aquela placa, de onde veio o recurso, foi recurso próprio, foi recurso do Senado Federal, do Governo Federal, do Governo Estadual, valor, prazo de entrega, o que está sendo aplicado. Então, e quando ele termina a obra, ele tem que convidar a população, divulgar nas redes sociais que esse recurso que ele recebeu foi feito pra população. Então, não tem como responder o IGM e inventar”.

A entrevista aborda um ponto essencial da gestão pública moderna: a transparência e a prestação de contas dos recursos públicos. O entrevistado destaca que todos os atos administrativos e financeiros dos gestores municipais são obrigatoriamente publicados e divulgados, garantindo que a população e os órgãos fiscalizadores possam supervisionar a aplicação dos recursos públicos.

Um dos principais mecanismos mencionados é o Portal da Transparência, plataforma na qual todas as receitas, despesas, projetos e obras financiadas com dinheiro público devem ser registradas e disponibilizadas para consulta pública. Essa ferramenta fortalece o controle social, permitindo que cidadãos, jornalistas e instituições fiscalizadoras acompanhem a execução do orçamento municipal.

Além disso, a fala do entrevistado enfatiza que não há possibilidade de responder ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) com informações falsas ou inventadas, uma vez que todas as respostas devem ser respaldadas por documentos e registros oficiais. Isso demonstra que o IEGM não é apenas um questionário subjetivo, mas sim um instrumento baseado em evidências documentais, o que reforça sua confiabilidade como ferramenta de avaliação da gestão pública.

Por fim, foi perguntado ao entrevistado a respeito de como a gestão municipal busca estímulos para aumentar o nível dessas notas obtidas. E foi respondido assim:

“O índice de efetividade é uma ferramenta que o gestor tem na palma da mão de melhorar e colocar em prática a sua gestão. Muita coisa que não foi feita e que devemos fazer na educação, na saúde, T.I., planejamento, e fazer o que vem à lei federal, que é a lei-mãe, que dá espaço para que os

municípios, através do governo federal, ampliem e façam dentro do seu município. O IEGM serve é para melhorar a gestão. Veio também pra dar na palma da mão desses gestores uma plenitude melhor do que está acontecendo no seu município, mas não em classificar A, B, C ou D não. O IEGM é pra que ele tenha na palma da mão com o seu secretário o que deve ser feito e melhoria, vamos dizer, saúde, o que está acontecendo no hospital, cadê os recursos, está sendo feito, não está sendo. Educação, você vê que a água branca está ganhando várias medalhas, vários índices aí. Por que? Porque tem uma gestão bem feita. E o IEGM faz o quê? Ajudar o gestor a ter na palma da mão e melhorar as salas de aula. Beleza? Por exemplo, o IEGM ajudou ao município perceber que os alunos não estavam desempenhando bem dentro da sala de aula por falta de uma qualidade melhor dentro de sala de aula, um professor mais preparado, por isso que se fez concurso pra qualificar os professores, sala de aula confortável, ar condicionado. Então o rendimento dos alunos foi lá pra cima. Quem foi que passou isso? O IEGM é um índice. Então a gestão busca isso, não classe A, classe B, classe C. Busca fazer uma gestão melhor pra que sua população esteja mais confortável dentro dos recursos cabíveis do município e das leis federais”.

A entrevista apresenta uma visão estratégica sobre a função do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) na administração pública, enfatizando seu papel como ferramenta de melhoria contínua da gestão municipal, e não apenas como um sistema de classificação.

Um ponto essencial abordado na fala é que o IEGM não deve ser visto apenas como um sistema de notas classificatórias (A, B, C), mas sim como uma ferramenta para tomada de decisões baseadas em dados concretos. Esse aspecto reforça a importância do índice como instrumento de governança municipal, permitindo aos gestores visualizar com clareza os desafios e as oportunidades de aprimoramento em cada secretaria.

Além disso, o entrevistado exemplifica como o IEGM influenciou positivamente a área de educação no município de Água Branca, ao evidenciar que o baixo desempenho dos alunos estava relacionado a fatores como infraestrutura interna e falta de qualificação dos professores. A partir dessas informações, a gestão municipal realizou concursos para professores mais complicados, investiu na climatização das salas de aula e melhorou a estrutura educacional, resultando em um aumento do rendimento dos estudantes. Esse caso demonstra a aplicabilidade prática do índice na formulação de políticas públicas efetivas e no aprimoramento dos serviços oferecidos à população.

A entrevista revelou o papel estratégico do IEGM na governança municipal, destacando a sua importância para a gestão financeira, a organização administrativa e a prestação de contas. O impacto da pandemia evidenciou a necessidade de

adaptações emergenciais na gestão pública, influenciando diretamente a queda do índice de efetividade no município.

No entanto, a interpretação do município sobre o IEGM reforça sua privacidade como instrumento de aprimoramento contínuo da administração municipal, permitindo a identificação de desafios, o planejamento de políticas públicas mais eficazes e

O fortalecimento da transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, o IEGM se consolida como um indicador essencial para garantir a melhoria da qualidade dos serviços públicos e o desenvolvimento sustentável da administração municipal.

### 3.3 Análise sobre o impacto da pandemia

O principal objetivo de qualquer gestão municipal, especialmente em cidades de poucos recursos com Água Branca/PI, é alcançar eficiência e eficácia, obtendo resultados positivos para a população em diversas áreas, desde a educação até a saúde, algo muito difícil de proporcionar durante o período pandêmico.

Após a análise dos indicadores do IEGM no período observado e análise da entrevista com o responsável pelo IEGM no município, tornou-se claro os efeitos da pandemia no indicador durante o período, o município de Água Branca com diversos municípios sofreram com a queda nos índices de efetividade durante esse período. As principais foram nas dimensões de ambiental, fiscal, cidade e a principal mais afetada no município planejamento.

No caso do setor de Planejamento, cujas últimas avaliações resultaram em notas normais como C, indicando um baixo nível de adequação, fica evidente que esta área sofre grandes efeitos negativos com a crise sanitária. A vinda de uma pandemia e a mudança repentina no planejamento municipal causou graves mudanças no gerenciamento do município, a criação de decretos de lei, mudança de portarias e falta de um planejamento de longo prazo pela falta de entendimento de como lidar com algo novo.

É crucial que com os resultados das avaliações realizadas pelo Tribunal de Contas Estadual sejam incorporados pela gestão municipal com seriedade e profundidade. Esses resultados devem ser utilizados como um pilar estratégico para

orientar práticas públicas mais eficientes, como a alocação adequada de recursos, promovendo, assim, uma administração mais transparente e eficaz. Mesmo que os resultados possam ter sido afetados pela a variável de uma crise global, devemos analisa-los com cuidado e entender o que podemos pegar dele para a conjuntura atual que vivemos.

Quadro 19: Indicadores de Agua Branca de 2019 a 2022

INDICADORES	2019	2020	2021	2022
IEGM	B	B	C+	C
AMBIENTAL	B	B	C	C
CIDADE	C	C	C	C
EDUCAÇÃO	C	C+	C+	C+
FISCAL	B	B+	C+	C
GOVERNANÇA TI	B	B	B	C
PLANEJAMENTO	C+	C	C	C
SAUDE	B	B+	B	C+

Fonte: adaptação do IEGM/TCE-PI

Nos índices de saúde e educação a de se destacar a média estável que as dimensões tiveram mesmo com a pandemia, houve sim uma queda no indicador de saúde do município no ano de 2022 mas mesmo assim o município de Agua foi melhor município avaliado em questão relacionados a saúde em comparação com os 3 municípios mais populosos do Piauí. No indicador da educação foi o único diante todos os outros que teve um aumento do seu indicativo ao passar dos 4 anos, mesmo que essa variação seja pouca de C (baixo nível de adequação) para C+ (em adequação).

Considerando que cada dimensão presente no conjunto do IEGM é responsável por avaliar uma secretaria da gestão municipal, como o i-PLAN, que mensura o planejamento da gestão do município, e o i-FISCAL, que avalia a eficiência da gestão financeira do município, entre outros índices direcionados a diferentes setores, torna-se essencial que a administração pública se dedique continuamente para aprimorar essas áreas. Esse esforço é fundamental para garantir que elas operem de maneira eficiente e próxima do ideal.

Ao analisar os aspectos apresentados e com base nas respostas obtidas por meio da entrevista com o assessor responsável pelo IEGM no município, ficou

evidente que o município de Água Branca demonstrou um forte empenho em promover melhorias em todos os âmbitos e áreas da cidade. Apesar de o município ter sofrido com crise sanitária, é importante destacar que o município seguiu todas as recomendações que o governo estadual e federal passou para o melhor gerenciamento da crise, buscando alternativas para contornar a crise e o município não ser tão afetado.

Destaca-se também a importância dada do município ao índice, onde o município vê o IEGM como um excelente instrumento de gerenciamento de resultados e uma demonstração para a prefeitura de como esta é eficiente de cada secretaria e de cada setor do município. O município também vê o Índice de Efetividade da Gestão municipal um excelente indicativo para ganho de subsídios do governo federal e o aumento desse repasse, e também uma excelente forma da população entender como está o município em relação a sua gestão.

Segundo Carvalho (2003, p. 186), a avaliação de impacto "focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social." Essa avaliação busca identificar as mudanças que de fato ocorreram e em que grau essas mudanças se alinharam aos objetivos estabelecidos. Com isso destaca-se que a gestão do município buscou sim focalizar nos impactos e efeitos positivos na população ao decorrer dos anos, não em busca de metas, mas sim nos benefícios diretos da intervenção pública na população, buscando na gestão uma avaliação de impacto.

Ressalta-se que o processo de implementação do IEGM atualmente não enfrenta dificuldades práticas no município, atualmente os gestores destacam o índice com uma forma de propaganda da gestão e forma de garantia de subsídios, valorizando a sua real importância. Além disso, fundamentado no princípio da efetividade da gestão pública, caso o município não queira contribuir o Tribunal de Contas possui autorização para adotar medidas mais rigorosas e proativas na análise das contas públicas, com foco específico no município em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) no município de Água Branca/PI, identificando seus pontos críticos e os efeitos da pandemia de Covid-19 no município. Os resultados foram obtidos a partir da análise do IEGM no período de 2019 a 2022, anos que melhor dimensionava o tempo antes e durante a pandemia para assim ter o melhor entendimento do fenômeno, e também em que os dados estavam consolidados e disponibilizados no portal do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Observou-se que o município teve sua efetividade afetada pela covid-19. Os municípios de Teresina, Parnaíba e Picos, os três municípios mais populosos do Piauí, também tiveram suas efetividades afetadas e tiveram um decréscimo na sua efetividade geral no período limitado. Foi possível perceber a que o município foi afetado não só pela decadência do índice geral de efetivada como também nas dimensões específicas do índice como Fiscal, Planejamento, Ambiental e Governança TI. Também foi possível perceber a dificuldade na gestão da prefeitura de Agua Branca no gerenciamento no município com efetividade pela a entrevista, o assessor que cuida do gerenciamento da pasta do IEGM no município, que relatou as dificuldades que o município passou em relação ao planejamento é a gestão da cidade durante a crise sanitária.

O índice Fiscal, em especial, exige atenção redobrada para que seus níveis sejam elevados nos próximos anos, Visto que sua importância no município é fundamental para um melhor planejamento financeiro do município e responsabilidade do município com as contas publica, além de o TCE verificar se o Agua Branca esta tendo uma gestão responsável e condizente com o que ele pede. Além disso, o indicador de planejamento também requer maior esforço e comprometimento, pois a ausência de um planejamento eficiente compromete a capacidade da gestão municipal de se preparar para desafios e tomar decisões estratégicas.

Em relação aos objetivos específicos deste trabalho, constatou-se que todos foram alcançados. Foi possível demonstrar o grau de efetividade da gestão municipal de Agua Branca/PI durante o período analisado, com apoio de tabelas descritivas que detalham a composição das notas e permitem comparações percentuais com os



municípios de Teresina, Parnaíba e Picos também avaliados pelo IEGM.

O segundo objetivo específico foi identificar os indicadores municipais que foram afetados pela pandemia e qual foi seu desempenho. Destacaram-se os setores de planejamento e gestão fiscal, além do expressivo declínio dos indicadores de meio ambiente e governança de TI, que passaram da nota B nos anos de 2019 e 2020 para a nota C em 2022. Por fim, o terceiro objetivo específico foi mapear os sete pilares do IEGM, identificando a sua importância para o município.

Com isso, tanto o objetivo geral quanto os específicos foram atendidos, alinhando-se à fundamentação teórica e fortalecendo a conexão entre os conceitos abordados e a realidade da gestão municipal. O estudo fornece bases sólidas para a adoção de boas práticas na administração pública, promovendo avanços na gestão e capacitação dos gestores municipais.

No contexto atual, espera-se que os municípios participantes do IEGM e o Tribunal de Contas do Estado aprimorem suas avaliações e feedbacks, utilizando os dados como base para auditorias e fortalecimento da transparência pública. Isso se alinha às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que incentiva gestores a adotarem práticas transparentes na administração das receitas e despesas municipais. Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de novos estudos que analisem períodos posteriores a 2022, permitindo uma avaliação comparativa dos índices atuais, especialmente considerando a gestão pós o impacto da pandemia de Covid- 19.

Por fim, a principal contribuição deste trabalho foi fornecer um diagnóstico detalhado do impacto da pandemia, para identificar os principais pontos afetados, e ajudar os gestores municipais na melhoria do desempenho no IEGM. O desenvolvimento sustentável dos municípios não deve ser apenas uma meta para obter boas avaliações do Tribunal de Contas, mas sim um compromisso contínuo com a qualidade de vida da população. Uma gestão eficiente busca promover benefícios concretos na população mesmo em situações de crise, tentando reduzir seus impactos.

A análise dos dados extraídos do portal do Tribunal de Contas Estadual, aliada à entrevista com o assessor do município, permitiu o real impacto da pandemia no município, além de destacar pontos positivos e negativos. Com base nos questionários aplicados, foi possível destacar os fatores que podem contribuir para a evolução dos índices, orientando a administração pública na busca por melhorias.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. Gestão de finanças  
AMORIM, André de Carvalho. A utilização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) como ferramenta de avaliação de políticas públicas.

ARAÚJO, Leonardo Coelho de; BEZERRA FILHO, João Eudes. Fatores determinantes da efetividade das gestões municipais no Brasil: um estudo a partir do Índice de Efetividade das Gestões Municipais. Revista CRCSC, v. 3, n. 9, p. 1-20, 2018.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos . Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Lei/56> . Acesso em: 5 fev. 2025.

ARGYRIS, Chris; SCHÖN, Donald A. Aprendizagem Organizacional II: Teoria, Método e Prática . Reading, MA: Addison-Wesley, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação – Março de 2020. Brasília: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: [ <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202003/ri.pdf> ] .

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 dez.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm).

BERNARDES, Marciele Berger; SANTOS, Paloma Maria; ROVER, Aires José. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 3, p. 761-792, 2015.

CARVALHO, Erasmo Moreira de; SIENA, Osmar. Análise do índice de efetividade de gestão municipal (IEGM) dos municípios do estado de Rondônia no período de 2015-2016. Revista de Administração de Roraima, v. 10, 2020.

CARVALHO, Ygor Gabriel Silva e. Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM): análise do município de Pedro Velho/RN nos anos de 2015 a 2018. 2022. 42 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis, Natal, 2022

CASTRO, Sebastião Helvecio Ramos de; CARVALHO, Marília Gonçalves de. Indicador de efetividade da gestão municipal: contribuição dos tribunais de contas para a melhoria da gestão pública. Sistemas, Cibernética e Informática, v. 14, CHRISTENSEN, Tom; LÆGREID, Per. A abordagem de todo o governo para a

reforma do setor público . Public Administration Review, v. 67, n. 6, p. 1059–1066, 2007.

COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; NASCIMENTO, Sabrina do; COELHO, Christiano; BORTOLUZZI, Sandro César; ENSSLIN, Leonardo. Avaliação de desempenho organizacional: uma investigação científica das principais ferramentas gerenciais. Anais do XV Congresso Brasileiro de Custos, Curitiba, PR, 12 a 14 de novembro de 2008.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; PAIVA, Ely Laureano; GOMES, Marcus Vinicius Peinado; BREI, Vinicius Andrade. Impactos da Covid-19 nas organizações. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 60, n. 6, p. 385-387, nov./dez. 2020. DOI: 10.1590/S0034-759020200602.

COSTA, Otacílio Moreira de Carvalho; SOUZA, Kamyla Maria de Araújo; DUNN, William N. Análise de Políticas Públicas: uma abordagem integrada . 6. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Efetividade da Gestão Municipal - IEGM 2023: Dados do Exercício 2022. Teresina: TCE-PI, 2023.

ENSSLIN, Leonardo et al. Avaliação de desempenho organizacional: uma investigação científica das principais ferramentas gerenciais . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO, 15., 2008, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Associação Brasileira de Custos, 2008. Disponível em: ANAISCBC.ABCUSTOS.ORG.BR. Acesso em: 5 fev. 2025.

FERREIRA JUNIOR, Reynaldo Rubem; SANTA RITA, Luciana Peixoto. Impactos da Covid-19 na economia: limites, desafios e políticas. Cadernos de Prospecção.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Perspectivas da economia mundial: o grande lockdown. Washington, D.C.: FMI, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/04/14/blog-weo-the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression>.

GATO, Ana Paula et al. Contributos para o Estudo dos Determinantes Sociais de Saúde na Área Metropolitana de Lisboa . Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n. 67, pág. 131-150, 2024. Disponível em: <https://www.review-rper.com/index.php/rper/article/view/539> .

GOLDFINCH, Shaun; WALLIS, Joe. Manual Internacional de Reforma da Gestão Pública . Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2009.

HOBBS, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

HOLLNAGEL, Erik; PARIÈS, Jean; WOODS, David D.; WREATHALL, John (Eds.). Engenharia de resiliência na prática: um guia . Farnham, Reino Unido: Ashgate, 2011.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. O Balanced Scorecard: Traduzindo

Estratégia em Ação . Boston: Harvard Business School Press, 1996.

MARTINS, Vinicius Abilio; SILVA, Wesley Vieira da; MELO, Rodrigo Alexandre de; MARCHETTI, Renato Zancan; VEIGA, Claudimar Pereira da. Teoria de Agência Aplicada no Setor Público. Revista Espacios, v. 37, n. 35, 2016. n. 1, p. 56-60, 2017. ISSN: 1690-8627. n. 6, art. 14, p. 241-259, nov./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12819/2018.15.6.14>. Acesso em: [DEZ 2024].

NERES, Edson Pessoa. Impactos da pandemia na gestão pública e contábil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Rede de Ensino Doctum, Unidade de Teófilo Otoni, Teófilo Otoni, 2023.

NETO, Ricardo Borges Gama. Impactos da COVID-19 sobre a economia mundial. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, ano II, v. 2, n. 5, 2020.

ONGARO, Edoardo. Reforma e Modernização da Gestão Pública: Trajetórias de Mudança Administrativa na Itália, França, Grécia, Portugal e Espanha . Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2009.

PASSOS, C. J. S.; et al. Dificuldades institucionais e econômicas para o orçamento participativo em municípios brasileiros. Cadernos CRH, v. 31, n. 84, p. 385-402, 2018.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; AMORIM, André de Carvalho. A construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Revista FSA, Teresina, v. 15,

PAULINO, João Victor da Silva. Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM): análise do município de Parazinho/RN nos anos de 2015 a 2018. 2021. 53 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis, Natal, 2021. Paulo, 2016.

PETRI, Sérgio Murilo. Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão: uma aplicação na avaliação de desempenho de fornecedores . 2005. 150f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PORUMBESCU, Gregory A. Comparing the Effects of E-Government and Social Media Use on Trust in Government: Evidence from Seoul, South Korea. Public Management Review, v. 18, n. 9, p. 1308-1334, 2016.

SANTOS, Aline; PEREIRA, João; RODRIGUES, Maria. A importância de mecanismos de monitoramento e indicadores para o controle social dos gastos públicos. Revista Sinergia, v. 22, n. 3, p. 45-58, 2018.

SALES, Tainah Simões; MARTINS, Ana Laís Pinto. Planejamento, transparência, controle social e responsabilidade na administração pública após o advento da lei de responsabilidade fiscal. NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 241-257, 2014

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). São Paulo: TCE-SP, 2014. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/iegm>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM. Divisão de Auditoria Eletrônica - AUDESP. TCESP: São

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Almir; CAVALCANTI, Sérgio. Indicadores e Gestão de Políticas Públicas. 2005. Disponível em: [http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao\\_de\\_Politicas\\_Publicas/Indicadores\\_e\\_Gestao\\_de\\_Politicas\\_Publicas.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Politicas_Publicas/Indicadores_e_Gestao_de_Politicas_Publicas.pdf) . Acesso em: 5 fev. 2025.

SILVA, Higo Henrique Mariano da; BEZERRA FILHO, João Eudes. Determinantes do índice de efetividade da gestão municipal: análise da dimensão planejamento. Sinergia - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC), Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 105-119, jul./dez. 2023.

SILVA, Maurício Corrêa da; OLIVEIRA, Edmilson Jovino de. Ensaio teórico sobre a teoria da agência aplicada ao setor público. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 2, p. e3412, 2024. Disponível em: <https://cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/download/3412/2794/9058>.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública (RAP), v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008. ISSN 0034-

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção . Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 3, pág. 529-550, maio/jun. 2008. Disponível em : <https://www.scielo.br/rj/rap/a/bCWckwnwwrvF8Pb9kDtjDgy/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 5 fev. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (TCE-PI). Manual do Índice de v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 459-476, abr. 2020. DOI: 10.9771/cp.v13i2.36183.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas de população para os municípios brasileiros em 2024. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2024/estimativa\\_dou\\_2024.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2024/estimativa_dou_2024.pdf).